

Luís Manuel A. V. Bernardo

O essencial sobre

MARTINHO DE MENDONÇA

Luís Manuel A. V. Bernardo
O essencial sobre
MARTINHO DE MENDONÇA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

INTRODUÇÃO

De acordo com o propósito declarado da colecção, intentámos restituir os aspectos fundamentais da prolixa acção cultural e do pensamento sincrético de Martinho de Pina e Proença Homem, figura central do ambiente cultural fomentado durante o reinado de D. João V. Foi este um momento decisivo do Iluminismo português, no qual se discutiram os principais sistemas produzidos nas várias áreas do saber, e se procurou um equilíbrio entre Razão e Fé, entre as verdades adquiridas e aquelas reveladas. Importa destacar o esforço encetado para a reforma do ensino, nomeadamente das ciências, o qual motivou um interesse pelos grandes temas que permitiram à ciência moderna conquistar, progressivamente, o espaço epistémico. A panóplia de referências, quantas vezes apressadamente assimiladas, é certo, bem como o leque de preocupações, pedagógicas, históricas, científicas, linguísticas, roçando a plethora, evidenciadas nos trabalhos de Pina e Proença Homem, são documento bastante do entusiasmo iluminista partilhado pelos intelectuais portugueses da primeira metade do século XVIII.

Homem de cultura, «com reputação de estudioso», para uns, predominantemente revolucionário, para outros, mero compaginador, renunciando a intervenção de Luís António Verney, ou visando o compromisso entre Tradição e Ilustração, a figura de Pina e Proença Homem espelha os contrastes que caracterizam o horizonte reformador de uma época que aspirava a contribuir, sem sobressaltos, para o progresso da humanidade. Tal como hoje, a vontade de estar em sintonia com o pensamento europeu, sem perder o contacto com as idiossincrasias nacionais, produziu uma espécie de indeterminação axiológica que favoreceu o eclectismo e forçou algumas incongruências. Do modo como tal vivência complexa se traduziu na obra do nosso autor procurará, igualmente, dar conta este breve ensaio.

N. do A. — Nas transcrições, a ortografia e a pontuação foram actualizadas.

O HOMEM E A OBRA

UM NOBRE PORTUGUÊS

De seu nome completo Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, nasceu na Quinta do Pombo, nos arredores da cidade da Guarda, tendo sido baptizado a 9 de Novembro de 1693, na paróquia de S. Vicente da Guarda. Banha de Andrade e Salgado Júnior situam a data do seu nascimento no dia 11 de Janeiro de 1693, enquanto Ferreira Gomes apontou, como provável, a respectiva ocorrência nos primeiros dias de Novembro do mesmo ano. Descendente de família fidalga, foram seus progenitores Luís de Pina Osório de Proença e Maria Josefa da Cunha Freire. Sentia manifesto orgulho na sua linhagem, tendo procurado confirmar os dois troncos da árvore genealógica, a família dos Mendonças, com origem provável no século XI, na nobreza da Biscaia e a, igualmente nobre, família dos Pinas de Aragão.

O ambiente doméstico era propício ao desenvolvimento de interesses culturais. Contava na família com dois cronistas-mores e guardas-mores da Torre do Tombo,

Rui e Fernando de Pina, e seu pai, possuidor de uma riquíssima biblioteca, tivera uma intensa vida cultural. Ele próprio foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, por carta régia datada de 28 de Agosto de 1742, função que acumulou com a de bibliotecário da Livraria Real, cargo que ocupava desde 1731. Desde cedo manifestou gosto pelo estudo, esmerando-se na aprendizagem das Humanidades e do Latim, sob a orientação do Padre António de Andrade.

Cursou Filosofia no Colégio das Artes de Coimbra. Ferreira Gomes considerou provável que tenha feito o curso de bacharel, correspondente a dois anos e meio, e atribuiu à falta de saúde a razão para a interrupção dos estudos. Banha de Andrade, em contrapartida, aventa a hipótese de que a saída tivesse justificação na discordância com o tipo de ensino ministrado, tendo em consideração as críticas que produziu nas suas obras, quer à Escolástica coimbrã, quer ao plano de estudos convencional. O primeiro recorre ao *Elogio Fúnebre* escrito por José Gomes da Cruz, documento fundamental para a reconstituição da biografia de Pina e Proença, que refere um segundo abalo do seu estado de saúde, por excesso de dedicação aos estudos, o que teria levado o pai a impedir-lhe, momentaneamente, o acesso aos livros.

Fosse como fosse, o que importa reter é o facto de, não obstante a curta base escolar, o percurso intelectual de Martinho Pina e Proença Homem ter sido

autodidacta. Em tal autodidactismo, bem como na viagem que fez pela Europa, se funda, quer certo arrojo crítico, quer a diversidade de focos de interesse, quer uma relativa permeabilidade a perspectivas diversificadas. Nesse período que passou na casa paterna, como nos relata, aproveitou para ler as obras de Gassendi e de outros filósofos mecanicistas. Banha de Andrade pôde determinar que a obra de Gassendi estava à venda em Lisboa em 1704. Como veremos, esta etapa foi decisiva para a estruturação do seu pensamento.

Seguindo a tradição familiar, solicitou o estatuto de Familiar do Santo Offício, cuja Carta lhe foi passada a 23 de Janeiro de 1722, vindo a ser considerado, a 19 de Junho do mesmo ano, Familiar Privilegiado.

Foi, ainda, desembargador da Casa da Suplicação e intendente dos Diamantes.

Casou-se, a 27 de Maio de 1729, com Paula de Andrade de Mendonça, da qual teve dois filhos. A experiência da paternidade entusiasmou-o a escrever a sua obra maior, *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* (1734). Faleceu no dia 12 de Março de 1743, em virtude de doença prolongada.

O alvará, de 1 de Junho de 1735, pelo qual D. João V lhe fez mercê do foro de fidalgo indicava, entre outros motivos, os serviços prestados ao infante D. Manuel, irmão do rei.

Martinho Proença estava, por conseguinte, bem integrado no ambiente social, político e cultural do reinado de D. João V. Não viu razões de monta para que a ordem estabelecida fosse revolucionada e, se fomentou alterações, quanto à investigação científica e ao ensino, fê-lo como contributo para aproximar a Ilustração nacional dos padrões europeus, sem qualquer intuito de subordinação, antes, ressaltando, sempre, a identidade pátria. Criticou, por isso, «o furor sedicioso da rebeldia, animado com fingido zelo de religião, e liberdade» (AEMN, p. 348), que atribuiu ao pensamento político da segunda Escolástica, por influência dos autores estrangeiros seiscentistas, holandeses, ingleses e franceses (AEMN, p. 349).

Em contrapartida, prefere a escola alemã. Nos *Apontamentos*, apresenta, de modo genérico, o seu pensamento político, maioritariamente dependente da filosofia política de Samuel Puffendorf, de quem recomenda, expressamente, a obra *De officio hominis et civis iuxta legem naturalem* (1673). Tal como o autor alemão, não faz depender a ordem política directamente de Deus, recusando fundamento sobrenatural ao poder absoluto. Deste modo, defendeu que «deve-se explicar a origem do principado no governo do pai de famílias, em seu princípio independente de qualquer outra sujeição» (AEMN, p. 339). Pina e Proença introduz, assim, dois planos de elucidação, complementares, um,

que dá conta da ordem natural, outro, que revela o processo histórico que, do contrato originário, levou aos regimes monárquicos do seu tempo. Note-se, desde já, que este esquema axial constitui uma das estruturas típicas do pensamento do nosso autor, operando na dilucidação de todas as temáticas de que tratou. Este entendimento acarreta três corolários.

Em primeiro lugar, contrariamente à concepção hobbesiana, ele está sustentado na ideia de uma sociabilidade natural. Note-se como estabelece a origem já num agregado, o familiar, e não no indivíduo. Esta posição tem consequências na totalidade da sua concepção, quer no modo como aproxima soberania e paternidade, quer na respectiva transposição para o domínio da educação, cuja responsabilidade principal cabe, por conseguinte, à instituição familiar. O real alcance desta valorização do núcleo familiar decorre do tipo de laço que une os seus membros: o amor natural (cf. *AEMN*, p. 109). Sobre este sentimento espontâneo, Pina e Proença constrói uma hierarquia, que passa pela etapa decisiva da amizade, expressão de afecto e respeito entre iguais, que culmina na obediência incondicional ao soberano (*AEMN*, p. 130), moldando no carácter virtudes tão importantes como a veracidade ou a capacidade para guardar um segredo (*AEMN*, p. 96). A amizade é, assim, a pedra de toque da sua concepção social e política, por significar a solidariedade entre

iguais na virtude, tese na qual, julgamos, se faz ouvir directamente, a voz de Cícero, cujo *De officiis*, também, recomendou (AEMN, p. 337).

O segundo princípio, que está na origem da organização política da sociedade, tem cariz voluntário, e supõe a convicção de que a associação de famílias traz vantagens para cada uma delas. Recorrendo ao exemplo de Abraão, Proença Homem refere-se a uma violência inicial que, quanto a si, se enquadra no âmbito do «direito natural de defesa própria», e, portanto, não explica o contrato social. É na dinâmica das relações familiares que ele encontra o modelo para justificar esse pacto: «o mesmo interesse, e utilidade própria, que obrigava aos filhos que obedecessem sem escusa a seus pais, como em virtude do tácito pacto, e condição, com que estes os tinham sustentado na infância, moveu os pais de famílias, a que ou se confederassem uns com outros [...] ou, como era mais frequente, e antigo costume, escolhessem entre si um» (AEMN, pp. 340-341). Mais adiante, estabelece a origem da democracia na situação de certos povos selvagens que, apesar de terem reconhecido a conveniência da vida em sociedade, não conseguiram, em virtude do elo familiar ser fraco, abdicar da liberdade individual, a favor do bem comum (AEMN, pp. 342-343). O contrato social teria, assim, visado uma racionalização voluntária da sociabilidade natural, conseguida pela conjugação de inte-

resses e pela subordinação do direito originário a uma nova ordenação centrada no bem comum. Neste sentido, a perspectiva de Pina e Proença concilia os planos ético, pragmático e político, procurando uma articulação mais coerente entre o que, com Puffendorf, ainda era definido como oposição: a natureza e o interesse. Na proposta do nosso autor, a consideração do interesse potencia o que, à partida, está inscrito na natureza do homem, de tal modo que não é por necessidade, imbecilidade, ou medo, mas por bom senso ou prudência que, tacitamente, nos regemos pela obediência passiva (*AEMN*, pp. 350-351).

É na noção mista de «bem público e conveniência geral de todos» (*AEMN*, p. 344) que se alicerça o último travejamento do seu esboço: «esta é a que constituiu uma cabeça moral do povo, cuja vontade interpretativamente inclui a de todos os particulares, e a cujos ditames devem ceder os mais juízos, tendo em si o poder legislativo, e o sumo império, isento de toda a sujeição» (*AEMN*, p. 346). Adaptação do conceito de Estado como pessoa moral, avançado por Puffendorf, o termo «cabeça moral» corresponde melhor à racionalidade originária, supra descrita. A cabeça moral de um povo não se confunde com o poder régio (*AEMN*, pp. 346-347). No entanto, na figura do rei, ela conjuga-se com a figura paterna, fechando o círculo entre a família e o Estado, e reforçando, em consequência, os valores da unidade, da coesão e da

identidade. E, tal como no organismo, ou na instituição familiar, o poder que lhe compete não pode ser discutido ou desobedecido: «se a cabeça suprema da sociedade civil pudesse ser coactivamente obrigada a justificar-se com as partes do corpo da República, ou estas com algum pretexto pudessem isentar-se da sua obediência, ficariam os súbditos sendo juizes do superior que os devia julgar» (*AEMN*, p. 351). Deste modo, o poder absoluto não se firma sobrenaturalmente, nem por via de qualquer privilégio patrimonial, mas encontra a sua legitimidade na racionalidade intrínseca à natureza.

Pina e Proença encontrou, assim, a justificação teórica para o dever de obediência, correlato do exercício absoluto do poder, que, não podendo sofrer qualquer coacção, não está, contudo, impedido de recorrer aos benefícios do esclarecimento. Nesse jogo pai/filho, entendeu que lhe cabia, mais do que a mera obediência passiva, o serviço.

O GIRO PELA EUROPA

Razões de vária ordem tê-lo-ão levado a sair do país, provavelmente em 1715, no séquito do infante D. Manuel, que assistiu, igualmente, com o seu saber «das matemáticas e outras ciências», tanto na Corte de Haia como na de Paris, ao longo do ano de 1718. Gomes da Cruz advoga que a vontade de alargar os

horizontes intelectuais graças ao contacto com os sábios estrangeiros estaria na origem da viagem, se bem que não se possa descurar, como motivação susceptível de entusiasmar um jovem fidalgo, o apelo papal à cruzada contra os Turcos, que ameaçavam a Europa. Com propriedade, referiu Caetano de Sousa que de um giro pela Europa se tratou, uma vez que, para lá da actividade bélica, com provas de bravura na batalha de Peterwaradin, o périplo incluiu Espanha, França, Itália, Holanda, Alemanha, Áustria, Polónia, Hungria, Inglaterra.

Finda a guerra, publicou, em Leipzig, o relato da Expedição de Belgrado, tal como a presenciou, com o título *Expeditio Belgradensis sub auspiciis Eugenii Francisci Principis Sabaudii, breviter et accurate descripta ab oculato teste*. Revela aqui, a par de um gosto, nunca desmentido, pela História, as suas qualificações como latinista, que confirmará com o *Elogio Fúnebre* de D. António Luís de Sousa, 2.º marquês das Minas, lido a 23 de Março de 1722 na Academia Portuguesa do Conde da Ericeira.

O que o próprio reteve dessa estada foi o contacto com Wolff e S'Gravesande, conforme relata na curta, mas fundamental, carta que dirigiu ao médico José Rodrigues de Abreu, e que passou a figurar como prefácio ao 1.º volume *Da Historiologia Médica*, por este publicada em Lisboa no ano de 1734: «Saí de Portugal

e, vagando por quase toda a Europa, de caminho procurei alcançar alguma notícia dos Sistemas mais modernos. Tive ocasião de conversar em Saxónia com Wólfio e em Holanda com o S'Gravesande, cujas conferências me deram alguma luz dos engenhosos sistemas e princípios de Leibnitio e Newton [...]» (CP, p. 250.) Terá sido, assim, o único português a falar com Christian Wolff.

Acordam-se os comentadores para integrá-lo no grupo dos «estrangeirados», pela relevância que os ensinamentos colhidos nesta viagem tiveram na posterior intervenção cultural em solo pátrio. Sendo indiscutível o papel que exerceu na divulgação de alguns tópicos do ideário moderno de além-fronteiras, por isso legitimamente considerado, nas palavras de Ferreira Gomes «pioneiro do Iluminismo em Portugal», importa ter presente que, como releva o mesmo autor, não concebeu, nos campos político, social e religioso, axiomática inovadora.

UM ACADÉMICO

Esse giro proporcionou-lhe, também, o contacto com as sociedades literárias parisienses, o que, decerto, lhe infundiu o gosto pela divulgação partilhada dos conhecimentos. Por toda a Europa se assistia à constituição de instituições de transmissão do saber alternativas à Universidade, de cariz mais oficial, como era o caso das

academias, ou de iniciativa predominantemente privada, como acontecia com os salões literários. Portugal não escapou ao entusiasmo académico, de tal modo que Pina e Proença Homem pôde integrar sucessivamente três Academias: a Academia dos Anónimos, que se reunia na casa de Inácio Carvalho de Sousa; a Academia Portuguesa, fundada, a 24 de Maio de 1717, por Francisco Xavier de Meneses, conde da Ericeira, da qual foi secretário, segunda Academia acolhida pelo Palácio da Anunciada; a Academia Real da História Portuguesa, criada em 8 de Dezembro de 1720, da qual foi um dos cinquenta sócios fundadores, por nomeação de D. João V.

Podemos afirmar que o nosso autor encontrou no espírito académico aquela combinação de propósito inovador e de rigor investigador adequada ao desenvolvimento dos seus dotes intelectuais. E, se mais não produziu, não foi por falta de interesse, mas por ter sido constantemente mandatário diplomático do rei. Na distribuição geral de tarefas, coube-lhe escrever, em latim, as Histórias do Arcebispado de Braga e do Bispado de Lamego e, em português, as Memórias de D. Duarte. Se bem que tenha lido o início das Memórias em sessão da Academia, no ano de 1724, não concluiu nenhum desses trabalhos.

O prestígio de que gozava enquanto homem de estudo fez que fosse designado para falar, no Paço, a 22 de Outubro de 1721, dia do aniversário do rei. Escolheu

discorrer sobre os limites da História, tema, decerto, directamente relacionado com os projectos que tinha em mão, mas, também, de interesse comum para os defensores das «Luzes». Reconhece-se, na decisão do soberano de incluir uma prelecção académica nos festejos do dia do seu nascimento, a atitude típica do déspota iluminado, a qual encontra, no entusiasmo com o qual os académicos viviam tal acontecimento, a correspondente expectativa de colaborar nessa vontade de esclarecimento racional.

Na qualidade de académico, exerceu, em dois momentos, as funções de censor: em 1730, assinou a censura à obra *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de António Caetano de Sousa; em 1739, foi eleito censor para esse ano. Apesar de haver notícia de que tenha chegado a director da Academia, não há registo escrito, uma vez que a colecção dos documentos termina em 1736.

UM ARQUEÓLOGO

A 30 de Julho de 1731, leu uma extensa *Carta sobre as Antas*, perante a Academia. Ao longo de 22 páginas, concretizou o seu interesse pelas antiguidades arqueológicas, marca do espírito iluminista que o animava, e patenteou os conhecimentos de latim, grego, árabe, fenício e hebreu que fora acumulando.

Do pendor arqueológico já dera provas, ao deslocar-se propositadamente a Évora, para recolher documentação sobre D. Duarte. Agora, ciente das limitações materiais da sua investigação, põe em prática uma metodologia complexa, indo buscar informação a áreas científicas diversas; da Exegese à Filologia, para compreender o intento que esteve na origem da construção das antas. Entendeu a sua exposição como um incentivo a que se coligisse a descrição detalhada, com a respectiva localização, de todas as antas em território nacional, de modo a facilitar trabalhos futuros, que esperava mais exactos, pelo que solicitou que a Carta ficasse por imprimir.

Chegou a conclusões erradas, ao defender a existência de uma forte presunção de que as antas houvessem sido monumentos em honra do Deus cristão, que, obviamente, não são justificadas apenas pela escassez de informação. Na base da sua interpretação está o entendimento que tem das épocas da História, assim como da história de Portugal. Nos *Apontamentos*, expõe uma sequência cronológica sumária dos grandes momentos da História, que conjuga uma ordenação pessoal dos acontecimentos narrados na Bíblia, prevendo a transmissão do conhecimento sobre os impérios mais antigos «pela memória que deles faz a História Sagrada» (*AEMN*, p. 303), e uma, não menos pessoal, organização da história da Europa, a partir da expedição dos

Argonautas. É, aliás, significativo que recomende a primeira parte do *Discours sur l'Histoire Universelle* (1681) de Bossuet para «refrescar a memória» (AEMN, p. 304). Julgamos, igualmente, que interfere, na sua conjectura, a imagem idealizada de Portugal como baluarte do Cristianismo.

Claro está, não pretendemos assacar responsabilidades anacrónicas. Ao invés, consideramos que um tal enquadramento hermenêutico melhor destaca o rigor do procedimento metodológico que ensaiou, o qual, no juízo de Ferreira Gomes, o alça a precursor da arqueologia científica portuguesa.

UM DIPLOMATA

Conforme já referimos, Pina e Proença Homem teve por várias vezes de interromper as suas investigações para realizar missões de âmbito diplomático. Em 1733, segue, como comissário régio para Questões de Justiça, para o Brasil. Aí ocupará o cargo de governador interino de 15 de Maio de 1736 a 26 de Dezembro de 1737.

O beirão não terá apreciado o modo como se comportava a nobreza nessa província ultramarina, o que, para além da informação epistolar, transparece em várias passagens dos *Apontamentos*.

Ao regressar, foi, a 16 de Março de 1738, nomeado conselheiro do Conselho Ultramarino.

Antes, fora várias vezes enviado a Espanha. A missão de 1726 merece particular destaque.

UM FILÓLOGO

De facto, de tal viagem resultou a publicação, sob o pseudónimo de Ernesto Frayer, em 1727, na cidade de Madrid, do *Discurso Philologico Critico sobre el Corolario del Discurso XV del Theatro Critico Universal*, escrito em castelhano. As circunstâncias que levaram à redacção do panfleto foram relatadas pelo próprio. Tinha acabado de chegar a Madrid, no ano de 1726, quando lhe foram confrontados os anúncios da obra de Frei Bento Feijó *Teatro Crítico Universal*. O título, a seu ver de mau gosto, criou-lhe expectativas suficientes para comprá-lo: «Pelo que prometia o título, já ideava ver rapidamente as convicções comuns do vulgo debeladas com a hercúlea moca de uma prudente crítica; já pensava ver a Filosofia fundada apenas na razão e na experiência, sem a barbárie de termos ininteligíveis e sem a sofística de questões inúteis introduzidas pelos Árabes; já imaginava ver a história sem os contos, ou conselhos, que lhe foram acrescentados.» (DPC, p. 5.)

Tais expectativas declaradas revelam alguns dos traços característicos do pensamento das Luzes, e bastariam para que não restassem dúvidas sobre a posição do autor: a luta contra a superstição; a valorização do papel crítico da razão; a atenção ao plano experimental; o interesse pela história, no duplo sentido de descrição e temporalidade. Importa, igualmente, aduzir, como traços característicos do Iluminismo, o intuito polémico do escrito, o aspecto circunstancial da sua produção e o anonimato da autoria.

Retenha-se o facto de Martinho Pina e Proença atribuir parte dos defeitos da Escolástica à influência da filosofia dos Árabes. Se, por um lado, mostra conhecer o papel que estes tiveram na divulgação da herança textual grega, e mais especificamente, da obra de Aristóteles, por outro, revela o intuito de salvaguardar, tanto o que no pensamento escolástico respeita a uma filosofia cristã, quanto o que supõe ser a original inquirição do Estagirita. Esta posição acorda-se com a estima que lhe merecia S. Tomás de Aquino, sobre o qual deixou rasgado elogio, citado por Ferreira Gomes: «entre todos os Doutores da Escola brilha como sol que comunica luz aos mais planetas» (*MMOP*, p. 72). Aos Árabes criticará, também, na *Carta-Prefácio* o gosto pela «fatal influência das estrelas» (*CP*, p. 253).

As expectativas indicadas não foram plenamente satisfeitas. Como é próprio de quem se prepara para ata-

car o conteúdo, Martinho, primeiro, elogia o estilo «puro» e «elegante» da obra do castelhano, para, depois, tecer um conjunto de considerações gerais sobre o seu alcance crítico. A argumentação recorre à terminologia oriunda da medicina hipocrática: o senso comum é entendido como um estado patológico, que tanto afecta a plebe como os doutos, «porque o vulgo também rege Cátedras, constitui Tribunais, e tem entrada livre no Gabinete» (*DPC*, p. 6), cuja cura exige a passagem por uma verdadeira «crisis», a qual só pode ser produzida «mostrando a imperfeição das nossas ideias, a falácia dos nossos Sistemas, e a incerteza de toda a ciência humana» (*DPC*, p. 6). Em consequência, defende a inutilidade de uma crítica moderada em matéria de preconceitos, «usando inicialmente de fumigações e unguentos, para aplicar depois farpas e cauterios» (*DPC*, p. 6), a qual não tem outro efeito que o de manter cada um na sua convicção.

Por fim, a força da crítica deve estar sustentada num método, adequado a cada saber, que oriente o pensamento e evite o dogmatismo que resultaria da substituição de uma tese opinativa por outra de igual modalidade. Ao contrário do que se poderia esperar num autor moderno, Pina e Proença encontra a matriz desse método na exegese bíblica, patenteando, assim, a atitude conciliadora entre tradição e inovação, que o caracteriza. Para ele, como reiterarão os outros textos, a palavra revelada, tal como a interpretação produzida

pela Igreja, é, simultaneamente, o sustentáculo do conhecimento e o modelo de vida, não havendo oposição, mas complementaridade, entre fé e razão.

A seu ver, Feijó teria incorrido nos dois equívocos enunciados: por ambicionar uma intervenção universal, não chegou a ser suficientemente acutilador; ao discorrer sobre matérias científicas, nem sempre conseguiu evitar teses mais controversas do que aquelas que pretendia combater. Uma, em particular, por dizer respeito à língua portuguesa, motivou este escrito: «Trato apenas do Corolário do discurso quinze, que afirma terem a sua origem o Dialecto Português e Galego no início do Reinado dos Suevos, o que não poderá crer nenhum Crítico medianamente informado das coisas de Espanha.» (*DPC*, p. 7.)

À posição de Feijó, Pina e Proença contrapõe a hipótese de que o português e o galego tenham tido origem «nas Montanhas das Astúrias, do Latim, alterado nos séculos oitavo e nono, que falavam aqueles invictos campeões que de aí saíram para recuperar a liberdade e a religião de Espanha, limpo e puro de qualquer mistura Árabe» (*DPC*, p. 14). Para firmar a sua concepção, o nosso autor faz convergir informações oriundas de várias disciplinas, patenteando conhecimentos e leituras importantes, e pondo à vista, desse modo, a modificação que o entendimento humanista da problemática das línguas sofrera ao longo da Época Moderna.

Primeiro, intervém no debate relativo à dispersão das línguas a partir da primacial língua adâmica, confirmando que, para si, a Bíblia constitui a fonte primeira para a hermenêutica da História. A questão que entusiasmou os autores renascentistas adquirira no classicismo uma tonalidade nacionalista, servindo a retórica apologética do Absolutismo. Sobre as duas temáticas se pronunciou: quanto à primeira, não encontra no texto bíblico qualquer indicação exacta quanto ao número de línguas que permita fixá-lo definitivamente; quanto à segunda, considera que «não há razão para afirmar que tivesse sido único, no seu início, o Idioma de Espanha. A Sagrada Escritura não diz que, na divisão do Mundo, tocasse a uma única família o povoamento desta vasta Província. E a História Profana não alcança tanta antiguidade» (*DPC*, p. 10).

Esta etapa inicial da estratégia de argumentação revela argúcia. Por um lado, confere ao português o estatuto de língua e não de dialecto, como pretendia o autor espanhol, abrindo o espaço para um entendimento, igualmente, diverso da respectiva origem. Por outro, ao constatar a relativa indefinição do texto bíblico, produz uma espécie de laicização do problema, que o desloca do âmbito da Exegese para o da História e da Filologia. Por fim, ao afirmar a inexistência de documentação credível sobre as épocas inaugurais, força um corte diacrónico, cujo efeito principal é o de deli-

mitar o objecto epistemológico. Ao circunscrever a origem do português ao fenómeno da aculturação romana, Pina e Proença possibilita a aplicação de uma metodologia filológica histórico-comparativa, cujo interesse resulta de um processo de mútuo esclarecimento: «assim como as Etimologias, ou comparação de Idiomas, dão luz à História, assim esta serve as Etimologias e o conhecimento da origem» (*DPC*, pp. 15-16). Desta feita, no debate em análise, ecoa a questão mais vasta da constituição de uma ciência da linguagem.

Acompanhemos, brevemente, o modo como aplica esse método, num segundo momento da polémica. Ao considerar duvidosas todas as conjecturas que se referam a períodos anteriores ao da introdução do romance na Península Ibérica, defende que este teria sido falado na totalidade do território, incluindo o País Basco. Afasta, por conseguinte, a possibilidade de os povos bárbaros terem introduzido outra língua, sustentando a ideia de que o contacto prévio destes com o mundo romano os levara a praticar o latim, obviamente, com erros e corruptelas, desvios que caracterizam o romance, mas não formam nova língua.

A análise comparativa, que apresenta, visa corroborar a mesma posição, quer no que respeita aos Suevos, quer no que concerne aos Visigodos. Em relação aos primeiros afasta qualquer tipo de parentesco: «todos têm como certo que os Suevos eram gente setentrional

cuja língua teria sido a teutónica ou cimbria, da qual, é evidente, que a portuguesa não tem participação» (*DPC*, p. 12). A exposição varre, metodicamente, os aspectos considerados relevantes para a elucidação do fenómeno linguístico: fonética, raízes, morfologia, gramática, etimologias lexicais ou por derivação. Por fim, recorre à comparação textual, confrontando uma antiga tradução escandinava da Bíblia com a tradução castelhana, prova documental que julga decisiva. Desse modo vê confirmada a sua convicção de que «ou os Godos entraram em Espanha a falar latim, ou, mesmo vencedores, tomaram a língua aí introduzida pelo poder e política romanos» (*DPC*, p. 13).

Língua diversa trouxeram os Árabes, o que lhe dá azo a afirmação nacionalista, ao postular, sem margem para dúvida, que Asturianos, Galegos e Portugueses «conservam a antiga e genuína pronúncia, pura e livre da pronúncia que dos Mouros se transmitiu ao idioma castelhano» (*DPC*, p. 14). A apologia da língua nacional é completada no final do texto. A noção de um aperfeiçoamento das línguas pela acção dos grandes oradores, poetas e historiadores permite-lhe justificar a distinção do português relativamente ao galego: «na língua portuguesa ninguém ignora o nome de Vieira, Camões e Barros; na galega, não conheço livro digno de ser lido» (*DPC*, p. 16). Expressão de uma identidade, a língua é factor de unidade nacional. Por isso,

o discurso que a compreende é consentâneo com o discurso político vigente.

Para lá dessa dimensão ideológica, que marca uma das principais características da abordagem da língua, distinguindo-a do fenómeno mais lato da linguagem, merece destaque o cavername epistémico no seio do qual se constrói a concepção de Pina e Proença Homem. Desde logo, a ideia de que a língua é acontecimento histórico, por conseguinte, triplamente marcado pela temporalidade, podendo, do mesmo passo, e sem contradição, ser objecto de análise metódica e de descrição pormenorizada. O seu entendimento completo depende, assim, da adscrição da origem, da exposição do seu estado presente, e da antecipação de eventuais aperfeiçoamentos. Não sendo estática, a língua oferece à investigação, quer o traçado contínuo da sua história, a qual se afigura solidária da história do povo que a fala, quer um sentido progressivo, constante, em direcção a formas e enunciados cada vez mais perfeitos, como resultado da acção dos seus cultores mais notáveis.

Ao jogo entre origem e progresso, que estabelece a identidade dinâmica da língua, há que acrescentar a intervenção activa daqueles que a usam e, sobretudo, daqueles que zelam pela sua «perfectibilidade». A introdução do valor do uso gera um dinamismo compensativo, que tem em vista não só suprir os efeitos do desgaste natural, como de melhorar o que a

razão detecta como desvios indesejados, em função de um padrão estético e moral, entendido como superior. A intromissão da liberdade no domínio do natural tem fito correctivo e disciplinador. O intelectual iluminista assume, desta feita, a responsabilidade mítica de estender as virtudes inerentes ao exercício da racionalidade à totalidade da criação.

O exposto torna visível que o conceito doravante central é, precisamente, aquele que, de algum modo, se escondia por detrás das discussões sobre a origem e as derivações etimológicas, ou seja, o conceito de uso. Reencontrá-lo-emos, com papel igualmente determinante, a propósito da questão do ensino, incluindo o ensino das línguas. Continuidade da tradição e valor do progresso estão dependentes do uso que se faz da língua, e os múltiplos usos da língua formam a sua riqueza. Todavia, a metafórica económica, ainda que adequada, não nos deve fazer supor um pragmatismo que, por enquanto, apenas está antecipadamente esboçado. Sinal claro de etapa transitória, o que Pina e Proença entende por uso é, prioritariamente, do domínio ético: trata-se de uma *praxis* em nome de valores que são tradicionais, mesmo quando sujeitos ao crivo da racionalidade. O exemplo das diferenças fonéticas entre o português e o castelhano é elucidativo. Para o autor, o que está em jogo não é o funcionamento da língua, mas a preservação, em linhagem directa, de um património

cultural, relativamente ao qual a cultura árabe, ou a teutónica, constituiriam corpos estranhos.

Num sentido alargado, podemos considerar que a função ética do uso consiste no dever de preservar uma ordem que, tendo sido instaurada por Deus, sofreu os efeitos da liberdade. De uma tal função instauradora decorre, também, a dimensão social e política da língua. Ainda que Pina e Proença trate de aspectos constitutivos da língua, não é a problemática da representação que orienta o seu exame, mas a da instituição. Sempre referida a um colectivo, a língua manifesta, ao mesmo tempo, a identidade do grupo, e o exercício do poder. Se o latim permanece como a matriz linguística universal, as línguas nacionais exprimem a idiossincrasia de cada nação, revelando em cada palavra, em cada construção sintáctica, em cada particularidade fonética, a diferença específica daqueles que a usam, a sua história, as relações características entre governados e governantes.

Deste modo, o estudo da língua cruza duas matrizes metodológicas, a da história natural e a da antropologia, uma descritiva, outra axiológica, para poder dar conta da sua ambivalência constitutiva: ao caracterizá-la, simultaneamente, como identidade e diferenciação, Pina e Proença transporta para o domínio da filosofia da linguagem a matriz do vivente, pondo a claro o núcleo de problematicidade graças ao qual são articulá-

veis as diversificadas orientações do seu pensar. Tal procedimento não é original, e podemos filiá-lo no empirismo de Locke, mas não deixa de estar em plena consonância com o diapasão vitalista partilhado pelos pensadores iluministas: o que se encontra em gestação, e a obra de Proença Homem também carrega, é a concepção organicista dos fenómenos culturais.

Ainda que este texto polémico não esgote a aproximação de Pina e Proença Homem ao fenómeno linguístico, mostra, contudo, que este lhe merecera aturada reflexão. Nos *Apontamentos*, apresentou os elementos do que poderia ser uma filosofia da linguagem (*AEMN*, pp. 235 e segs.) e discutiu as dificuldades inerentes ao ensino e à transmissão das línguas (*AEMN*, pp. 266 e segs.). O traçado global da metodologia que preconizou mantém uma extraordinária actualidade, forçando, por vezes, uma anacrónica aproximação à recente gramática generativa. Seguindo um movimento iniciado no Renascimento, o nosso autor estabeleceu a aprendizagem da língua materna como prioritária, dela fazendo o modelo para a aquisição do conhecimento de outras línguas, incluindo o latim. Mediante a bitola constituída pelos fins da aprendizagem, distinguiu a necessidade de um manuseamento perfeito do português e a aceitabilidade de um conhecimento imperfeito das outras línguas: «porque é muito mais merecedor de repreensão o

descuido, falando mal a língua materna, que quotidianamente se usa, que a estranha, que raras vezes se exercita. Muito mais se deve fugir de um solecismo ou barbarismo na língua própria do que na alheia» (*AEMN*, p. 281).

Esta distinção recorta uma outra, relativa às formas de aquisição, inicialmente, espontânea, no caso da língua materna, resultante de penosa aprendizagem, no caso do latim. A análise do processo de aprendizagem da língua materna levou Pina e Proença à determinação de quatro condições favoráveis ao ensino/aprendizagem de uma língua: o uso, o ambiente de aprendizagem, a aprendizagem em contexto e em situação, o prazer (*AEMN*, p. 269). Para garantir o sucesso da nova metodologia, mostrou-se, igualmente, atento à necessidade de instrumentos de aprendizagem adequados: uma nova gramática, assente na simplicidade e na economia de regras, redigidas em português (*AEMN*, pp. 274 e segs.), livros selectos e ilustrados, e um esquema de motivação, susceptível de intervir a nível externo, interno e de reforço (*AEMN*, p. 156). Na destrição e no cuidado revelados, configura-se a fibra do pedagogo.

UM PEDAGOGO

Se pretendêssemos definir a coerência de uma atitude, que conferisse unidade aos vários percursos que en-

treteceram a vida de Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem, encontrá-la-famos, decerto, na figura do pedagogo. Do mestre circunstancial de D. Manuel ao académico que contribuiu para o esclarecimento de D. João V, do arqueólogo com manifestas preocupações deontológicas ao polemista norteado pela vontade de rigor, do pai preocupado com a educação dos filhos ao governante empenhado em promover uma postura ética no seio da nobreza ultramarina, do divulgador crítico das teses dos filósofos modernos ao defensor dos valores da honra e da fé, é sempre a intenção pedagógica que sobressai. Aprender, transmitir, divulgar, ensinar, partilhar, debater, corrigir designam as várias modalidades do exercício de uma racionalidade que, a par do assentimento subjectivo, exige o público consenso. Pina e Proença dá voz a um tal requisito de publicidade, no qual culmina o espírito da modernidade, como o patenteia a cultura iluminista, e esse facto não será, com certeza, alheio à longevidade da recepção da sua obra.

Não surpreende, por conseguinte, que o seu trabalho de maior vulto tenham sido, precisamente, os *Apointamentos para a Educação de um Menino Nobre*. Não obstante a importância da *Carta-Prefácio*, por nos esclarecer sobre a posição de Pina e Proença relativamente a muitos dos debates sobre problemas de física e de metafísica, correntes na altura, e, mais especificamente,

por nos fornecer um enfoque fundamental para a interpretação de algumas passagens dos *Apontamentos*, foi nesta obra que o autor transmitiu, com alcance pedagógico, o conjunto do seu ideário.

A tradição textual, na qual se situa, bem como a questão da sua originalidade, são duas portas de entrada no entendimento das motivações que estiveram na origem da respectiva publicação.

Pedro Calafate resumiu a posição da maioria dos intérpretes, relativamente à primeira questão, ao escrever que os *Apontamentos* devem ser integrados «numa corrente mais vasta de literatura de ‘espelho de príncipes’, que, com as naturais transformações, se vinha formulando desde a mais remota tradição medieval, nomeadamente a partir de S. Martinho de Dume» (*EL*, p. 442). Ferreira Gomes identificara os principais ramos dessa genealogia, mas chegara a conclusão contraditória: «esta obra entronca, sem dúvida alguma, na linhagem da literatura pedagógica que acabámos de inventariar. No entanto, como veremos, não há nela influência directa de nenhuma dessas obras, mas dos *Some Thoughts concerning Education* de J. Locke» (*MMOP*, p. 130).

Na dependência indicada em relação ao livro de Locke joga-se o tema da originalidade. Ferreira Gomes, tendo dedicado parte significativa da sua dissertação à comparação dos dois textos, é aquele que produz as

afirmações mais peremptórias: «o livro de Mendonça é totalmente decalcado no de Locke» (MMOP, p. 140); «Se se exceptuar [...] o prólogo e uma ou outra passagem, onde são visíveis outras influências, é difícil encontrar nos *Apontamentos* uma frase que não tenha a marca lockiana» (MMOP, p. 141). O intérprete, que, igualmente, cotejou as passagens que Pina e Proença teria ido buscar directamente ao *Traité des Etudes* de Rollin e ao *Traité de l'Education des Filles* de Fénelon, não ajuíza negativamente a falta de originalidade suposta, por valorizar o facto de o nosso autor ter sido «o primeiro português a conhecer a pedagogia de Locke, cujas ideias aceitou e introduziu em Portugal, contribuindo assim para nos pôr a par do pensamento europeu» (MMOP, p. 143).

Todavia, para além de constatar a existência de outras influências na concepção pedagógica de Pina e Proença, Ferreira Gomes restringe ao domínio educativo a aceitação integral das ideias do filósofo inglês, como aponta em nota de rodapé: «Embora aceitando plenamente as ideias pedagógicas de Locke, Martinho de Mendonça rejeita abertamente o seu ideário político.» (MMOP, p. 143, nota 5.) A ser verdadeira, uma tal rejeição tem, forçosamente, implicações na proposta educativa de Pina e Proença, mais que não seja, ao nível da fundamentação. Se a educação tem em vista o cidadão, uma diversa compreensão do político acar-

reta diferente entendimento da cidadania, das virtudes correspondentes, do dever de obediência, das relações entre o indivíduo e o Estado, da hierarquia indivíduo, família, sociedade, Estado, etc. Em outros aspectos se afasta, também, Proença Homem de Locke, nomeadamente no domínio da epistemologia.

Ao insistirmos em tais matizes não pretendemos contestar, liminarmente, quer que o texto de Pina e Proença se inscreva na tradição dos «espelhos de príncipes», quer a flagrante paráfrase de muitas passagens de *Some Thoughts concerning Education*. Todavia, a obra extravasa em vários aspectos relevantes este duplo enquadramento. Rogério Fernandes já considerara que a integração dos *Apontamentos* na linhagem dos «espelhos de príncipes» «denota certa incompreensão do seu real significado» (PPP, p. 135). Acresce que as delimitações, que os próprios comentadores introduziram, tornam visível a necessidade de repensar, quer o estatuto de autoria dos *Apontamentos*, quer o destinatário alvo. Com efeito, dois aspectos significativos distinguem os *Apontamentos* dos «espelhos de príncipes».

Em primeiro lugar, Pina e Proença, diferentemente de Locke, não escreve em nome da sua experiência profissional, como preceptor, mas enquanto pai, um pai instruído e culto, claro está, mas um pai. É o que o título completo da obra anuncia: *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre que para seu uso parti-*

cular fazia *Martinho de Mendonça de Pina e de Proença*. No prólogo, o autor insiste neste aspecto: «Não pretendo constituir-me legislador sem jurisdição, nem proponho os meus ditames como estatutos, a que todos devam obedecer; aponto somente o que segundo o meu génio me pareceu conveniente para a instrução dos meus filhos, a quem desejo uma virtude sólida.» (*AEMN*, p. VI.) Na página inicial revelara que a motivação originária decorrera de uma preocupação pessoal com o futuro dos seus próprios filhos: «considerando na incerteza da vida, escrevi estes apontamentos, para o uso de quem na minha falta cuidasse na educação de meus filhos». A este propósito pessoal veio juntar-se a vontade de contribuir para «a educação dos meninos, cujos pais, vivendo nas Províncias, e desejando instruí-los, ignoram o método que devem seguir na educação» (*AEMN*, p. v).

Assim sendo, e em segundo lugar, o livro não se dirige a um príncipe ou àqueles que têm a seu cargo a sua formação, mas a outros pais, e, se diferença hierárquica está patente, ela é a inversa da convencional, ou seja, os *Apontamentos* visam o esclarecimento daqueles que, por deficiências de formação, como afirma acontecer com muitos preceptores, ou por falta de acesso aos circuitos culturais instituídos, em virtude da distância relativamente aos centros urbanos, carecem de informação correcta e actualizada, a saber, a nobreza das

províncias ultramarinas, conforme vimos (cf. *AEMN*, p. v; pp. 136 e 233), mas, igualmente, a nobreza de aldeia (*AEMN*, pp. 90-91). O sucesso da obra muito deve ao carácter inovador do ponto de vista assumido, e à conseqüente relação de autenticidade, que provoca entre autor e leitor, o qual, também ele pai, se reconhece na experiência educativa invocada. Como sintetizou Rogério Fernandes, «embora os seus horizontes sociais sejam mais limitados do que os de outros documentos nacionais do tempo, o pensamento de Pina e Proença enraíza profundamente na experiência concreta do pai de família educador. Por isso mesmo, em aspectos fundamentais, supera largamente a tendência para o doutrinário abstracto, revelando uma frescura nem sempre atingida por muitos dos seus sucessores» (*PPP*, p. 57).

O espaço de intervenção da obra é, por conseguinte, novo, e traduz uma mudança na organização social e política, à qual o autor não é alheio. A educação do menino nobre visará um novo conceito de nobreza, que o termo inglês «gentleman» acabou por exprimir, e que será uma das razões pelas quais Pina e Proença se reviu no pensamento de Locke. São três as funções que o autor considera próprias desta nobreza: «viver prudentemente, e virtuosamente; saber governar a sua casa e família, e servir dignamente à Pátria e ao Soberano» (*AEMN*, p. 185). Note-se como a esfera económica se

vem interpor entre os planos moral e político. Vários aspectos concretos da proposta educativa de Proença Homem confirmam este progressivo «aburguesamento» da nobreza, dos quais destacamos: a recomendação do estudo de línguas estrangeiras modernas, como o francês, o italiano e o inglês; a apologia do estudo da estenografia; a importância conferida ao epistolário; o valor determinante da «arte de tratar os homens», da «graça urbana» (*AEMN*, p. 189). Que uma tal preocupação com as actividades comerciais não era considerada digna pela antiga nobreza, podemos deduzi-lo do modo como o autor fundamenta a sua prática nos deveres de caridade, de decoro e de generosidade: «só o desejo de ter meios para exercitar estas virtudes pode desculpar, e fazer louvável o cuidado de aumentar o capital» (*AEMN*, p. 217).

Salgado Júnior, que, primeiro, estabeleceu esta ligação, no prefácio ao volume IV da sua edição do *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney, concluiu, em consequência, que o projecto educativo enunciado nos *Apontamentos* «não serve necessariamente o velho conceito de nobreza, mundo fechado e isolado em códigos tradicionais desactualizados. Pelo contrário: é a mais actual das educações para o seu tempo, aquela precisamente que tem em vista, não uma certa casta, mas um novo tipo humano, perfeito no tríptico aspecto do vigor físico, moral e intelectual»

(VME IV, p. LV). Não obstante as particularidades do caso português, a mutação indicada estabelece o horizonte global, a partir do qual se poderá atribuir um alcance político aos *Apontamentos*. Todavia, também neste aspecto, a posição de Proença Homem é ambivalente: o que, por via da concepção pedagógica, é inovador foi compensado por um entendimento tradicional da origem da organização política da sociedade.

Para o nosso tema importa, acima de tudo, notar que os *Apontamentos* supõem duas novas categorias, bem como uma relação específica entre elas: a criança, o pai, e a relação pedagógica parental que entre eles se estabelece. Teremos oportunidade de explicitar o que a cada uma corresponde no conjunto das ideias pedagógicas de Pina e Proença. Por ora, basta indicar que a inovação corresponde ao estado constitutivo de um novo paradigma educacional, que sobreviveu até aos nossos dias, segundo o qual, educar é, sobretudo, formar, mais do que, simplesmente, nutrir, adestrar e instruir e que, por isso, os pais são responsáveis não só por aquilo que os filhos têm, mas, sobretudo, pelo homem que eles irão ser. De uma função subsidiária e instrumental, a educação passará para a primeira linha da construção do carácter. Deste modo, tarefa eminentemente ética, exige laços mais profundos do que aqueles que poderiam ser estabelecidos com a ama, o preceptor, o professor ou o aio. Por nela se jogar o futuro

dos filhos, o amor paterno traduzir-se-á no cuidado que nela for posto: «Se os pais se ocupam toda a vida nos mais laboriosos e arriscados empregos para alcançarem algum adiantamento a seus filhos, por que não aplicarão algumas horas ao cuidado da sua educação, e ensino, que é o melhor meio pelo qual os podem adiantar, e o morgado mais seguro, e fácil de adquirir, isento dos inevitáveis sucessos da fortuna?» (*AEMN*, pp. XXVII-XXVIII.)

Este zelo, correlativo da paternidade, favorece a educação doméstica, mas não exclui a validade de outros ambientes educativos, nomeadamente aquele que, à semelhança do que Pina e Proença pudera observar em Espanha, seria próprio de um Colégio dos Nobres. Ao passo que Locke aconselhava exclusivamente a educação doméstica, Proença Homem lança o repto, a D. João V, da instituição de escolas e colégios «em que a nobreza se instrua nos exercícios mais convenientes ao seu estado» (*AEMN*, p. 135). É pela sua inexistência que defende, para o efeito, com os argumentos de Locke, que os meninos nobres não frequentem as escolas públicas. Apesar de traçar um retrato negro do ensino aí ministrado, bem como da postura pedagógica dos mestres, não deixa de mostrar compreensão pela especificidade das condições a que professores e alunos estão sujeitos. Dessa tolerância deu testemunho, a propósito do ensino do latim: «mas ainda que aconselho diferente

método de ensinar a língua latina em sua casa a um Menino Nobre, não me atrevo a reprovar o que se usa comumente nas escolas públicas, em que talvez a experiência terá mostrado ser este o mais cómodo caminho de ensinar ao mesmo tempo um só Mestre muitos Discípulos de diferentes génios, e idades, destinados a diversas profissões» (*AEMN*, pp. xx-xxi).

Cabe, por conseguinte, salientar que os *Apontamentos* resultam de uma consciência social que se exerce nesse nível, exigida pela ineficácia das escolas públicas disponíveis, bem como pela inexistência de instituições alternativas à educação doméstica. Um colégio para a nobreza traria duas vantagens principais: a convivência entre alunos da mesma estirpe, primeira introdução no mundo social, e a qualificação do corpo docente. Pela importância que lhes confere, aconselha um expediente doméstico com o duplo alcance de acostumar as crianças à vida social e de preparar futuros mestres: «que em sua casa se instruem, e aprendam com seus filhos, um ou muitos meninos bem educados, cuja emulação adiante aperfeiçoe o estudo e aplicação de seus filhos; e se muitos seguirem este conselho alcançarão outra maior utilidade para seus netos, a quem alguns destes meninos, assim instruídos, poderão servir de Mestres e de aios» (*AEMN*, p. 140).

O que tem vindo a ser exposto permite entender melhor o problema do carácter da obra. Com efeito, Pina

e Proença Homem não tem pretensões ao estatuto de autor original, o que implica, do ponto de vista hermenêutico, a ilegitimidade de uma comparação, em regime de paridade, com Locke ou qualquer outro escritor no âmbito da pedagogia. O modo como intitularam, respectivamente, as obras, é revelador dessa diferença. Enquanto Locke teve como propósito expor os seus pensamentos, Pina e Proença limitou-se à tarefa de coligir, em vários livros, as ideias que julgou mais sensatas em matéria de educação, tomando notas que, organizadas criticamente e submetidas ao crivo da experiência pessoal, de educador da sua prole, viriam a ser publicadas, com um título que indica a função da qual resultou. Como explicitou: «Por este motivo não reparei em copiar ou traduzir cláusulas inteiras de alguns autores; a verdade e a razão é própria de quantos a conhecem; os seus primeiros inventores, contentes com a glória de descobri-la, deixarão a todos os racionais este precioso legado, livre do servil encargo de contínuas citações.» (AEMN, p. xxiii.) O exercício crítico da razão, bem como o confronto da teoria e da prática não são neutros, claro está, mas este esclarecimento sobre o alcance dos *Apontamentos* tem implicações significativas, nomeadamente, no que respeita às suspeitas de plágio, ou no que concerne ao valor a conferir-lhe.

Os *Apontamentos* são, assim, o resultado de um diálogo com muitos autores, de Xenofonte a Locke, num

jogo entre a distanciação, que resulta da vivência do autor, e a apropriação, efectuada em nome da verdade partilhada, trabalho complexo de interpretação, num domínio onde o sistema surge desajustado. À razão, que não à autoridade, cabe, então, o difícil requisito de produzir o encontro entre a sagesa e o conhecimento, entre a experiência e o método. «As pessoas de juízo costumam ponderar a razão do que se diz e não a autoridade de quem o diz», escreveu, e, mais adiante, reforçou, «quando afirma ou escreve um particular, por mais que seja insigne, e famoso escritor, é necessário conhecer que tem razão no que diz para segui-lo e imitá-lo» (AEMN, p. xxiii).

Desta feita, ao contrário do que poderia deixar supor a redução dos *Apontamentos* ao estatuto de mera paráfrase das teses de Locke, um espírito de liberdade, fundado na primazia da razão relativamente à autoridade, atravessa a obra, a qual, por não ser original, não deixa de ser, indelevelmente, pessoal. Esta mesma liberdade caracteriza o estilo almejado pelo autor, directo, claro e acessível, conforme à iluminação facultada pela razão. No modo como concebe o efeito libertador do exercício da racionalidade, o autor revela, contudo, a mesma dialéctica entre tradição e inovação, que temos vindo a encontrar a cada passo: ainda que constantemente faça a apologia das luzes alcançáveis pela razão, parecendo, por conseguinte, estar na posse

do conceito iluminista de uma razão emancipadora, na verdade, é da herança escolástica, eventualmente relida através de Descartes e Malebranche, que recolhe a noção de «uma luz natural da razão» que teria sido concedida por Deus. Efectivamente, o seu entendimento da racionalidade é mais adequadamente caracterizável com o aparato conceptual da hermenêutica, nomeadamente de filiação agostiniana, do que com aquele que sustenta a formação dos cientismos. Trata-se, assim, de um Iluminismo cristão, fascinado com a arte da criação, mais do que vocacionado para a sua transformação, que, no plano pedagógico, quer conciliar o ensinamento de Jesus Cristo, «o mais perfeito exemplar da moderação e brandura de um bom pai» (*AEMN*, p. xi) e as máximas da filosofia da educação (*AEMN*, p. xxx).

Martinho Proença pratica essa atitude de apropriação crítica, quer no que respeita à sequência formal, quer relativamente a determinados conteúdos. Os *Apontamentos* reproduzem a divisão geral da obra de Locke, em quatro partes: puericultura; educação do carácter; educação do intelecto; educação do corpo. Todavia, a ordem e o peso relativo dos temas não são coincidentes. Demais, o beirão afirma a sua discordância, sempre que julga pertinente: em relação à temperatura da água potável, ao frutos, mas, igualmente, em matérias do domínio curricular. Por fim, algumas diferenças de fundo, no domínio da antropologia, fazem-se sentir,

subtilmente, desde as primeiras linhas. Ao passo que o filósofo inglês recuperou a tese clássica que preconizava o equilíbrio entre uma mente sã e um corpo são, o pensador português introduziu o problema da união da alma imortal e do corpo material, o que o conduziu a ver na educação do corpo uma etapa complementar à do espírito.

Importa ponderar, também, o facto de Pina e Proença ter abdicado do propósito inicial de traduzir um dos livros que se lhe afiguravam meritórios (note-se que não há uma referência explícita à obra de Locke). Segundo afirma, foram duas as razões que justificaram a decisão: as dificuldades inerentes a uma boa tradução e «a diferença dos costumes que fazem inúteis algumas máximas» (*AEMN*, p. iv). Para lá dos argumentos apresentados, o primeiro fazendo justiça à seriedade do académico, o segundo revelando um entendimento pragmático da relação entre educação e cidadania, a opção do autor surge como mais um elemento que confirma o duplo critério que está na base da selecção a partir da qual foram escritos os *Apontamentos*, e os confirma como obra das Luzes: a universalidade da razão, que por ser pertença de todos não é propriedade privada de nenhum; a comunicabilidade da experiência que sendo própria de cada um pode ser partilhada por todos.

Este equilíbrio entre o percurso pessoal e o exercício, que se quer desinteressado, da racionalidade, si-

tua os *Apontamentos* num ponto intermédio da linha que vai dos *Ensaio*s de Montaigne às *Confissões* de Rousseau. Todos os comentadores estão de acordo quanto ao papel precursor do livro de Proença Homem relativamente a um tipo de literatura dirigida para a reforma, mais ou menos revolucionária, do sistema educativo em Portugal. O impacto da publicação foi grande e marcou as principais propostas educativas portuguesas dos séculos XVIII e XIX.

Ferreira Gomes considera não haver provas concludentes de que Luís António Verney tenha lido a obra do antecessor. Releva, contudo, o seu carácter de antecipação, identificando um conjunto de teses comuns aos *Apontamentos* e ao *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado nove anos depois: o ensino da língua materna e da sua gramática; a apologia de uma ortografia simplificada; a necessidade de escrever a gramática do latim em português; a inclusão no plano de estudos básico do francês, do italiano, da história, da cronologia, da geografia, da física, da geometria e da aritmética; a crítica à lógica silogística da escola e à sua física das qualidades, a ser substituída por uma lógica indutivo-experimental; a oposição ao recurso a castigos corporais, em nome de uma educação atraente; a defesa da criação de colégios para nobres (*MMOP*, pp. 188-189). Uma tal proximidade não deverá espantar, tenha ou não Verney lido o texto de Proença, por-

quanto ambos partilham o modelo constituído pela concepção filosófico-pedagógica de Locke, afinada, em temáticas específicas, pela leitura de Rollin e Fénelon. De igual modo, importa não descurar o facto de ambos terem vivido no ambiente cultural das Luzes.

Se não existe maneira de decidir, definitivamente, se a influência de Pina e Proença Homem sobre Luís António Verney foi directa ou indirecta, já no que respeita a António Ribeiro Sanches não há lugar para dúvida, uma vez que este faz várias referências ao autor dos *Apontamentos*, patenteando o seu apreço. Fernando Machado dá-nos conta de um dos aspectos do relacionamento entre os dois: «no campo da Física, recordaria Sanches a Pedro Abreu a quase inutilidade do esforço de Pina e Proença quando tentou explicar-lhe, pela mediação de obras de Wolff, a estrutura de alguns instrumentos, por contraste com a simples observação desses instrumentos concretos, como foi a pompa de Boyle» (*ECIP*, p. 45). Também, como indicou Ferreira Gomes, «nas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, editadas pela primeira vez em Colónia, em 1760, cita-o três vezes, com rasgados elogios» (*MMOP*, p. 191). Por fim, o facto de Ribeiro Sanches afirmar a especificidade do seu projecto por contraste com o de Pina e Proença permite-nos ter uma ideia da conta em que tinha os *Apontamentos*, e daí extrapolar o impacto respectivo no meio cultural setecentista. Na síntese que fez do objectivo principal de Sanches, Rogério Fernan-

des inclui a referência ao beirão: «Ribeiro Sanches declara não se ocupar da educação a ministrar domesticamente pelos pais aos filhos — em seu entender Pina e Proença esgotara a matéria — nem tão-pouco da educação escolar. O seu intento era propor tal ensino a toda a mocidade dos domínios do monarca que lhe fosse útil, à Pátria e a ela própria» (PPP, p. 73).

É o mesmo historiador que salienta a presença das principais teses de Proença Homem no projecto educativo de Almeida Garrett, tal como o expôs no livro *Da Educação — Cartas dirigidas a uma Senhora ilustre, encarregada da instituição de uma jovem princesa*, publicado em 1829, o que leva a concluir que, passado quase um século sobre a sua publicação, a obra do nosso autor continuava a ser lida: «o plano de estudos garrettiano ainda se encontra muito próximo do de Pina e Proença, dirigindo-se, fundamentalmente, como ele, à educação do nobre e do burguês abastado. [...] Os preceitos de puericultura inculcados por Garrett não apresentam grandes novidades. Podemos encontrá-los quase todos em Pina e Proença, em Rousseau e, naturalmente, em outros pedagogos da época» (PPP, p. 99).

Este traçado de sobrevoos da recepção de *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* aponta para uma consistência no pensamento educacional de Pina e Proença, que procuraremos restituir na segunda parte do nosso opúsculo.

ALGUMAS IDEIAS DE ESTEIO

INTRODUÇÃO

Martinho de Pina e Proença não produziu sistema em nenhum dos domínios nos quais expressou as suas ideias. Mesmo no âmbito da pedagogia, e sem prejuízo da coerência material e formal dos *Apontamentos*, há encaideamento lógico e narrativo, por vezes algo repetitivo, mas não se encontra efectivo trabalho de sistematização. A multiplicidade de interesses, o autodidactismo, e, sobretudo, um acordo com o espírito assistemático da época, decerto, justificá-lo-ão. Outras razões, relacionadas com a conta em que tinha os sistemas físicos, ou com o modo como concebe a natureza humana, permitirão reforçar, a partir do seu próprio pensamento, tal facto. Relativamente a muitos temas, por não terem merecido enfoque directo, o que se depreende, ou é lacunar, ou sincrético, ou subentendido na menção de um autor. Tentámos, mesmo assim, e seguindo a posição que defendemos sobre o processo de apropriação, levado a cabo por Pina e Proença, restituir um certo travejamento intelectual, como se as ideias que o traduzem fossem suas.

ANTIGOS E MODERNOS

A disputa entre os adeptos da Filosofia Antiga, na versão elaborada pela segunda Escolástica, e os da Filosofia Moderna, com paternidade atribuída a Francis Bacon, empolgou os intelectuais do século XVIII portugueses. Tanto o peso do acontecimento, na cultura nacional, quanto o momento em que ocorre, devem-se ao reflorescimento da Escolástica na Universidade de Coimbra, fenómeno que continua a marcar os estudos filosóficos em Portugal. Uma vez que vários seguidores da Escola tinham integrado problemas e teses dos autores modernos e a posição da maioria dos entusiastas da ciência moderna não se lhes afigurava incompatível com a da Teologia oficial, a controvérsia entre Antigos e Modernos, sobretudo, tem alcance hermenêutico, por revelar um processo consciente de ordenamento cultural.

Pina e Proença não poderia ter ficado indiferente à querela. No prólogo aos *Apontamentos*, dá-nos conta de que o seu interesse pelos autores estrangeiros lhe granjeara a fama de alinhar pelos Modernos: «Eu que sou notado de oposto às opiniões dos antigos (porque os venero, e não adoro).» (*AEMN*, p. xxv.) A frase merece análise detalhada por condensar os vários aspectos que caracterizam a complexidade do posicionamento do autor.

Por um lado, mais do que de uma explícita adesão aos Modernos, trata-se de uma oposição aos Antigos, o que tem duas implicações maiores: a crítica incidirá em temas determinados, e não visará questionar a totalidade; Pina e Proença não encontrou em nenhum dos sistemas alternativos, com os quais contactou, satisfação plena. Com efeito, se teve reservas de monta relativamente à Lógica, à Filosofia do Conhecimento e à Física da Escola, não as teve menores em relação aos sistemas mecanistas. Por outro lado, a ambiguidade afectiva está patente em vários passos da obra. A título de exemplo, atente-se no facto de o autor, depois de ter efectuado uma dura crítica à lógica silogística, considerar que «também será agradável conhecer a frase da escola» (*AEMN*, p. 320), o que bem traduz a subtil diferença entre venerar e adorar.

Por fim, os termos «Antigos» e «Modernos» não são usados genericamente, mas englobam, pelo menos, quatro grupos, ainda havendo lugar para diferenciações, quando se passa à análise de cada autor em particular: os gregos e os romanos; os escolásticos de Coimbra; os mecanistas; os neovitalistas. Estas distinções têm consequências importantes para o mapeamento da posição relativa do autor, questão a questão. Por exemplo, se Pina e Proença, por um lado, não poupa os cultores da Escola de Coimbra, lamentando o tempo perdido enquanto aluno que o teria impedido que se

«tivesse aplicado à boa filosofia» (CP, p. 250), por outro, louva a «majestade natural» e a «simplicidade nobre» dos escritos dos autores da Antiguidade, no domínio da moral e da pedagogia, concluindo, mesmo, que «por mais lição que um mestre, ou aio, tenha de toda a Filosofia Moral moderna, não satisfará bem ao seu emprego, se não tiver lido repetidas vezes Xenofonte, Antonino e Plutarco» (AEMN, p. xxv). Do mesmo modo, apesar do apreço que lhe merecem os progressos dos modernos no domínio técnico-científico, defende que «exceptuando estas ciências, é necessário seguir os primeiros sábios, que admirou Grécia e Roma» (AEMN, pp. xxiv-xxv).

Do exposto, cabe concluir que a adesão de Pina e Proença aos modernos diz respeito, sobretudo, a uma atitude global perante o saber que se alimenta, em parte, da crítica à Escolástica, em parte da superação das explicações mecanistas, em parte da reverência pelos grandes modelos da Antiguidade, em parte do fascínio pelos avanços instrumentais, mais do que estritamente científicos, em parte pela visão caleidoscópica que foi formando, em parte pelo equilíbrio que encontrou, na concepção de Locke, entre teoria e *praxis*. Todos estes aspectos são conciliáveis para o autor, porquanto, como esclarece, «nem a novidade de uma opinião é indício de sua falsidade, nem o ser antiga faz argumento de ser verdadeira [...]» (CP, p. 253.)

A CRÍTICA AOS ESCOLÁSTICOS

Conforme acabámos de ver, Pina e Proença critica os Escolásticos em várias passagens da sua obra. Vamos, agora, detalhar esse procedimento. Desde Descartes, que a postura moderna implicava uma contenda com o ensino, facultado pelos Jesuítas, do qual a maioria dos pensadores beneficiou. Dessa feita, o beirão segue um caminho suposto indispensável para a afirmação de um novo tipo de saber. Todavia, a sua apreciação não só é difusa como não questiona seriamente o papel desse ensino no que respeita ao desenvolvimento do conhecimento científico em Portugal. É verdade que a temática dos dois textos, nos quais verteu o seu pensamento, não admitia uma crítica sistemática: os *Apontamentos* referem-se à educação, de responsabilidade paterna; a *Carta-Prefácio* antecede um tratado de medicina. São, no entanto, cremos, razões de ordem religiosa que justificarão, mais do que quaisquer outras, os limites da contenda. O autor é extremamente cuidadoso a evitar imiscuir-se no campo da teologia, para a qual, e pela qual, considera que todas as outras ciências se devem encaminhar. Assim, a razão encontra o limite do seu exercício na palavra revelada, devendo, tal como na política, submeter-se ao princípio da autoridade: «Quando manda ou dispõe o superior eclesiástico, ou secular, deve ser obedecido, ainda

quando se não perceba ou possa alcançar a razão e fundamento que para isso tem.» (*AEMN*, p. xxii.) Para Pina e Proença, por conseguinte, a especulação teórica deverá contribuir para corrigir ou melhorar aspectos parciais, mas não lhe compete questionar a ordem estabelecida pelo governo divino, cujos principais mandatários são os sacerdotes e o soberano.

Um tal entendimento é decisivo para enquadrar a atribuição dos principais erros da Escola à influência dos filósofos árabes. Já encontramos no *Discurso Philológico-Crítico* essa tese. Depara-se-nos ela, outra vez, na *Carta-Prefácio*, desta feita no contexto do diagnóstico relativo ao estado da investigação em Portugal: «sem razão imaginam os Estrangeiros que os Portugueses todos, pelo que toca à Filosofia, nos conservamos na escura barbaridade de termos abstractos, a que não corresponde ideia alguma real, quais por meio do tempo nos introduziram os Árabes [...]» (*CP*, p. 249.) O conflito entre a defesa do princípio da infalibilidade da Igreja e a constatação das fragilidades da doutrina filosófica da Escola terá originado esta leitura, bastante pessoal, da história.

O artifício em causa desvia a responsabilidade do «obscurantismo» para o infiel invasor e permite manter ao abrigo de qualquer mácula significativa, quer o ensino da Igreja, quer a política científica e educativa do reinado de D. João V. Esta função legitimadora

imediate supõe duas teses determinantes para a caracterização da dialéctica da modernidade no pensamento de Pina e Proença. A primeira diz respeito à sua visão da história. Para o autor, ao contrário do que aconteceu com a história da ciência, marcada pela ruptura entre Antigos e Modernos, a história da Igreja segue uma linha de continuidade, correspondente ao plano de Deus, o mesmo sucedendo com a ordem política, de acordo com os princípios fundamentais do jusnaturalismo. É a conjugação destes dois esquemas temporais, um sujeito a uma brusca revolução, outro espelhando a eternidade, que está na base da ambivalência da sua concepção da história. A segunda corresponde à relação que estabelece entre erro e pecado. A possibilidade da persistência nos enganos transmitidos pelos árabes assenta no entendimento do erro como hábito, o que desloca o problema do foro intelectual para o da ética. Assim, se, como qualquer hábito, o erro corrompe a natureza humana, ele não é inevitável, nem obedece a qualquer determinismo, antes se integra na dinâmica pedagógica ou na acção redentora.

Cabe, portanto, à educação mediar a assimetria entre o poder e o saber, o que impõe a ideia de que o projecto pedagógico de Pina e Proença não corresponde a interesse colateral, mas à constituição fundamental da sua visão do mundo. O esquema de acção que defende é meramente compensatório, por se basear

numa fé racional na ordem vigente, enquanto tal, em que há lugar para o erro ou para a ignorância, mas, também, para a correcção e o esclarecimento. Desta feita, o progresso surge com valor moral, mais do que técnico ou científico: quer se trate da natureza humana, quer da natureza exterior, o progresso é sempre entendido como aperfeiçoamento, segundo a matriz sócrático-platónica do «mestre-médico» (veja-se, igualmente, como este ideal se reflecte na forte marca do modelo agostiniano nos *Apontamentos*, desde a citação do *De Magistro* no Prólogo, à valorização de Fénelon). Neste sentido mais lato, podemos admitir que, para lá da relativa inconsistência das críticas, a publicação dos *Apontamentos*, cujo molde é anti-aristotélico, seja lida como acontecimento revolucionário.

Do exposto se conclui, portanto, que as críticas explícitas se dirigem aos campos particulares do saber, nomeadamente, a epistemologia, a física e a lógica, e não afectam a actividade da Escola, propriamente dita. Numa única passagem surge uma indicação relativa ao comportamento pessoal dos filósofos escolásticos aos quais é atribuído o recurso frequente, de acordo com o «génio da Escola e do País», ao «argumento *ad invidiam*» (CP, p. 253). Como, mais adiante, trataremos dos problemas relacionados com a física, centremo-nos, agora, nas questões do âmbito da lógica e da teoria do conhecimento. São alvo de censura, fundamentalmente,

a vacuidade dos termos, em especial, os de «matéria», «forma» e «privação», a lógica argumentativa, nomeadamente o papel do silogismo na *disputatio*, e a recusa do método experimental. Os três factores estão, obviamente, interligados, de tal modo que o que deles resulta é a imagem de um modelo científico ultrapassado.

Os termos utilizados pelos escolásticos são considerados vagos, em três acepções: ou não descrevem convenientemente as propriedades dos entes naturais, sendo apelidados pelo autor de «neutros» (*CP*, p. 250); ou não permitem o acesso aos princípios da natureza, funcionando, assim, como obstáculos epistemológicos (*CP*, p. 258); ou constituem-se como meros significantes aos quais não corresponde qualquer significado, isto é, «não têm cousa que se perceba mais do que a articulação das vozes» (*AEMN*, p. 334), e, neste caso, são causa de confusão. Note-se que Pina e Proença não entendeu correctamente os termos matéria e forma, que supôs equivalentes a material e figura (*CP*, p. 258).

Por sua vez, à lógica dialéctica, assente na decomposição binária, que culmina no raciocínio silogístico, são-lhe, igualmente, negadas três funções: pragmática, por não corresponder ao funcionamento natural do pensamento, o que levará o autor a escrever que «sem *Barbara Celarent* viveram em paz os primeiros habitantes do mundo, e tiveram muita sabedoria os Egí-

cios» (*AEMN*, p. 319); heurística, por favorecer a discussão em detrimento da investigação; contemplativa, por impedir o espírito de «gozar» as verdades adquiridas, substituindo a lógica da fruição pela da guerra.

No entanto, Pina e Proença não se coíbe de a praticar quando tem em vista a refutação. Dois momentos da *Carta-Prefácio* são disso exemplo esclarecedor. No primeiro, faz uso da dicotomia predicamental para mostrar a possibilidade da existência de espírito sem consciência: «Afirmar que a intelecção é essencial à substância espiritual e que assim não pode haver espírito que não seja inteligente, parece suposição arbitrária e fruto abortivo da árvore predicamental mal cultivada, porque com igual fundamento se pode dividir o ente substancial em ente divisível capaz de receber movimento ou corpo, e ente indivisível capaz de mover, ou espírito; e subdividir este em espírito capaz de mover a matéria localmente sem conhecimento reflexo ou ideia, e espírito capaz de movimento ideal na representação dos objectos.» (*CP*, p. 254.) O segundo consiste na aplicação do esquema refutativo da *questio* à procura da definição adequada da vida (cf. *CP*, pp. 255-257). O procedimento tem justificação teórica no facto de as «novas» lógicas não abdicarem completamente da dialéctica, optando por reduzi-la à parte propriamente argumentativa, como se pode ver, logo, na introdução à *Institutio Logica* (1658) de Gassendi, obra que Pina e Proença, certamente, conheceu.

Dez anos antes da publicação da *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* de Manuel de Azevedo Fortes, já Pina e Proença defendia, portanto, uma lógica baseada nas operações da razão, cujo ensino só deveria ocorrer «depois de frutificado o entendimento na clara fonte da Geometria e fortificados os olhos da razão com o colírio da Álgebra» (*AEMN*, p. 318). A sequência proposta, de cariz pragmático, possui dupla justificação. Por um lado, ao identificar lógica e método matemático, conciliando deste modo racionalismo e empirismo, supõe uma base prática e cognitiva a partir da qual poderá fazer sentido para o aprendiz o nível de abstracção e de reflexão correspondentes ao esclarecimento do que é pensar. Por outro lado, aplica aqui a concepção do funcionamento das faculdades do espírito, que partilha com Gassendi e Locke, segundo a qual a imaginação, assente na memória, antecede o entendimento e a razão. Como só referiu a necessidade de se seguir a lógica moderna, remetendo o leitor para a «que modernamente escreveu Christiano Wolfio» ou, pela sua brevidade, para a «que publicou o Padre Buffieres no seu Curso das Ciências em língua francesa» (*AEMN*, p. 320), continua a caber a Azevedo Fortes o papel de introdutor da lógica cartesiana em Portugal.

A pedra de toque é, contudo, o problema do método experimental, uma vez que o que nele se joga é o

acesso à realidade da natureza. A este respeito, a crítica é indirecta, acoplada que está ao tema da vacuidade dos termos, mas não deixa de indicar o âmago da questão. Com efeito, para Pina e Proença, a elisão do método experimental tem consequências, tanto para o conhecimento do objecto epistémico, quanto para a actividade do sujeito cognitivo: inviabilizado o acesso à Natureza, vê-se o filósofo na obrigação de produzir um sistema ilusório, cuja aparente coerência e simplicidade mais não são do que pálidos substitutos da verdadeira coerência e simplicidade que forma o sistema das leis naturais, concluindo o autor que «fora melhor confessar ingenuamente se não penetravam os princípios físicos das coisas naturais como era preciso» (CP, p. 258). A metáfora bélica serve, igualmente, para caracterizar a violência do esforço de acomodação dos fenómenos, insuficientemente determinados, nos princípios previamente postulados: em permanente disputa consigo e com os outros, o filósofo escolástico está, também, em guerra com a Natureza (CP, p. 250).

O MÉTODO

Importa, em contrapartida, esclarecer que entendimento do método tinha Pina e Proença Homem. Tal como qualquer pensador moderno, o nosso autor teve de lidar com uma concepção dual do conhecimento, para

a qual a ideação racional e a realidade objectiva do ideal não coincidem necessariamente, perdida a noção de uma identidade ontológica entre o ser e o conhecer. Foram, essencialmente, dois os processos que julgou poderem validar o conhecimento: a revelação e o método. O primeiro recolhe a influência da teoria malebranchista da visão em Deus, supondo um estágio de iluminação superior ao da evidência racional (cf. *CP*, pp. 250 e 252), no qual, graciosamente, acedemos à verdade, e dele teremos oportunidade de falar no ponto seguinte.

Quanto ao método, encontramos-lo referido em quatro sentidos. O primeiro é genérico, significando caminho ou processo, como, por exemplo, quando louva a bondade divina que nos «quis ensinar o método de alcançar o Céu» (*CP*, p. 252); o segundo descreve o trabalho de ordenação efectuado pela razão, resultando próximo da metodologia cartesiana; o terceiro dá conta da adequação objectiva da ordem assim estabelecida, e corresponde à noção de método experimental; o quarto aplica-se ao âmbito da pedagogia, descrevendo o conjunto de práticas que permitem a eficácia da transmissão. Estes sentidos estão interligados, nomeadamente através das operações racionais fundamentais que determinam o respectivo quadro funcional.

A posição de Pina e Proença sobre as virtudes do método é, fundamentalmente, pragmática. As várias funções que lhe atribui, bem como as etapas que con-

siderou caracterizarem o método experimental, são heterogêneas, manifestando o modo como integrou influências diversas. Todavia, esta orientação pragmática não resulta apenas de uma intenção sincrética, mas tem em vista atalhar o problema dos limites do conhecimento. É que, para o autor, sem a luz da Revelação, o homem não pode aspirar, senão, a um conhecimento provável. O recurso ao método cumpre, por conseguinte, dois objectivos antropológicos principais: situar o homem numa atitude intermédia entre o dogmatismo e o cepticismo (*AEMN*, p. 249); «nas matérias especulativas, sossegar o entendimento na probabilidade que permite a condição humana» (*AEMN*, p. 248). Em consequência, não deve surpreender que o método seja, simultaneamente, entendido como procedimento racional e auxiliar dessa mesma actividade.

Deste modo, podemos organizar as funções que Pina e Proença atribuiu ao método em três grupos, ordenáveis do interior para o exterior. No primeiro grupo, encontramos as três actividades próprias da razão, sendo a influência cartesiana notória: clarificar, distinguir e ordenar (cf., p. ex., *AEMN*, p. 183). Destas três acções resultarão ideias claras, noções distintas (*CP*, p. 252) e sistematização do saber (*CP*, p. 260). No segundo, o método assume função compensativa: evitar os erros e ajudar as luzes da razão (cf. *AEMN*, p. 31). O último discrimina o seu alcance pedagógico: prevenir, favorecer

e auxiliar a natureza humana (*AEMN*, p. 33). Estamos no domínio da ordem, da normalização do uso da razão e dos processos de autolegitimação. Todas as funções descritas são, por conseguinte, formais, podendo exercer-se sobre qualquer matéria, pois mesmo evitar os erros é regra puramente negativa que não garante o acesso à verdade. O exercício da razão tem de se combinar com outra dimensão essencial do conhecimento, a experiência.

O método experimental, que Pina e Proença faz remontar a Hipócrates, cabendo a Bacon aconselhá-lo na época moderna (*CP*, p. 249), corresponde a esse duplo requisito, porquanto concilia história e ordem, ou seja, descrição dos fenómenos e sistematização racional dos mesmos. As diversas etapas que o autor considera indispensáveis, tal como as encontramos expostas nas páginas 249 a 251 da *Carta-Prefácio*, são: a história dos sistemas, com o elenco dos principais progressos; a observação repetida, e consequente descrição, dos fenómenos; a experimentação; a construção de uma explicação causal; a contraprova, mediante casos exemplares. O que escrevemos sobre o método em geral verifica-se, também, em relação ao método experimental: todos os meios são indispensáveis para colmatar a limitação constitutiva do conhecimento humano, mesmo quando este alcança o plano da causalidade. Efectivamente, para Proença Homem, «por mais que um sistema físico satisfaça a todas as aparências, dando causas

suficientes de todas as coisas naturais ninguém poderá dizer ser verdadeiro, sem revelação do Soberano arquitecto do Universo» (*CP*, p. 251).

A sua adesão a uma epistemologia «falibilista», na linha de Gassendi e de Locke, converte qualquer sistema em mera hipótese, cuja validade tem de ser constantemente aferida, como salientou Ferreira da Cunha (*EACPS*, pp. 134-135). Neste sentido, percebemos melhor o papel da primeira e da última etapa da sua metodologia. A história dos sistemas torna-se indispensável para que possa ser avaliado o contributo de cada um, para o progresso do saber, uma vez que nenhum deteve, ou detém, a solução definitiva. Esta intromissão do factor tempo num domínio que tinha a pretensão de o superar é uma marca inequívoca da viragem epistemológica que o Iluminismo encetara. No que é a justificação efectiva para o sincretismo que praticou, há que reconhecer, igualmente, aquela estratégia hermenêutica que caracterizámos anteriormente: se a relativa equivalência de todos os sistemas não conduz ao cepticismo, uma vez que a verdade se mantém como horizonte a atingir, obriga, contudo, a um esforço constante de interpretação que decida sobre a «boa ordem», «probabilidade» e «congruência» de cada um (*CP*, p. 260), bem como a respectiva adequação à posição tradicional da Igreja. A metodologia assume-se como criteriologia, conferindo à razão alcance, prioritariamente, crítico.

Assim se dá uma recondução do saber à sua origem antropológica, não só pela sua dependência das possibilidades cognitivas do homem, como, também, pela triagem crítica exigida, a qual cruza a especulação com a ética. Em consonância, atribui duas finalidades à lógica, correspondentes às duas actividades principais da razão: «discorrer e julgar com acerto» (*AEMN*, p. 319). Para Pina e Proença, por conseguinte, a ciência constitui-se, dinamicamente, no jogo entre a hipótese teórica, com o correspondente valor de probabilidade, e a opção que, posteriormente, a vem legitimar. A etapa da contraprova, baseada em casos exemplares, marca, desse modo, uma outra aproximação entre a narrativa científica e a histórica. Se a exposição histórica dos sistemas conferira ao saber uma dimensão diacrónica, correspondente à relativização das pretensões à pura sincronia, os casos exemplares, «a constante obliquidade da eclíptica, o sístole do coração e gravidade e atracção dos corpos» que questionam a explicação mecanista (*CP*, p. 251), ou «os monstros que nascem para perecerem [...]»; o grande número de embriões que não chegam a ser animais adultos; de frutos que não crescem nem maduram; de sementes que não vêm nunca a ser plantas» (*CP*, p. 259), forçando a ideia de uma causa segunda agente, questionam paradigmaticamente a coerência suposta dos sistemas, tal como os heróis pontuam o curso da história. Na posse do co-

nhecimento desses fenómenos, o sujeito racional avalia os sistemas, como decidiria sobre o valor de uma história que ignorasse uma batalha decisiva ou uma figura de proa.

Estamos, deste modo, a presenciar um momento germinal da concepção pragmática relativa ao saber que, por um lado, sujeita a teoria ao valor do uso e, por outro, abre a ciência aos critérios sociais e políticos do espaço público, convertendo a exigência de certeza em demanda de consenso. É verdade que o nosso autor entende, fundamentalmente, a tarefa crítica como exercício da razão pessoal. Todavia, tanto a prática da leitura académica, como a introdução, na *Carta-Prefácio*, das noções de «consenso universal» e de «persuasão universal do género humano» com função de argumento definitivo no debate entre *mecanistas* e *animistas* (CP, p. 259), indiciam a, ainda incipiente, modificação.

Uma tal dicotomia, entre as condições de produção do saber e os critérios de aceitação do mesmo, tem duas implicações relativas ao método. Por um lado, pelo seu carácter formal e normativo, só ele tem o poder de originar o saber e de o legitimar, funcionando, assim, como verdadeiro intermediário entre o sábio e o crítico. Por outro, a sua aprendizagem é indispensável, não só para o cientista, mas para aqueles que são chamados a escolher racionalmente, primeiro, a comunidade dos estudiosos, mas, tendencialmente, a totalidade do

género humano. Daí que, segundo esta perspectiva claramente iluminista, a aprendizagem do método deva fazer parte da formação pedagógica do menino nobre. E, por sua vez, a aprendizagem do método requer um método de ensino que, formalmente, não poderá ser outro senão o método experimental. As próprias técnicas de ensino, ao traduzirem o que Pedro Calafate designou como «uma episteme da brevidade e da clareza» (*HPFP III*, p. 17), estão dependentes deste fundamento metodológico.

A título de exemplo, podemos encontrar as várias etapas do método experimental nas recomendações que faz, em diversos passos dos *Apontamentos*, relativamente à atitude do progenitor, que tenha em vista a eficácia do processo educativo, a qual decompõe, igualmente, em cinco momentos: rememoração da sua própria infância (p. 108) e exame de consciência sobre as motivações presentes (p. 157); observação (p. 108); antecipação de acontecimentos, atitudes, situações delicadas (p. 116); determinação das causas que estão na origem dos comportamentos (p. 108); identificação casuística do que no comportamento da criança poderá escapar à sistematização efectuada (p. 125). Da análise ressalta o cuidado posto no controlo dos mais pequenos detalhes, tal como na experiência de laboratório, no qual o sucesso da inquirição depende da antecipação da totalidade das condições, incluindo as estritamente instrumentais.

Ao aceitar o isomorfismo entre a actividade científica e o processo educativo, Pina e Proença cruza o progresso da razão com uma escala temporal, segundo a qual a função normalizadora do método se vai construindo de acordo com um plano que prevê o momento exacto para cada intervenção pedagógica. Desta feita, não basta pensar ou agir correctamente; importa, também, fazê-lo no tempo certo. Há um tempo para obedecer, para confiar, para aprender, para crescer, para brincar, para se emendar... (cf., p. ex., *AEMN*, pp. 107, 122, 130, 131 e 172). Razão, Experiência e Tempo são as três forças motrizes da concepção do autor, cada uma solicitando uma função específica do método, como temos vindo a verificar. A temporalização da relação de ensino-aprendizagem, conseqüentemente, introduz o emprego disciplinador do método.

Método e disciplina recobrem-se na acção educativa, duplicando, desse modo, o efeito formativo e normalizador. A responsabilidade de humanizar e moralizar uma natureza que, viva e relativamente autónoma, a todo o momento tende para escapar à regularidade, acumula deveres e conselhos que visam, todos, o controlo da lógica do desejo, onde quer que ela possa irromper. Nesta linha, considerou o autor que «o hábito e costume de sujeitar os apetites deve ser o último fim da educação» (*AEMN*, p. 51). Encontra-se, assim, justificada a primazia da educação moral sobre a ins-

trução ou o adestramento do corpo, mas seria redutor confinar ao plano moral a estratégia enunciada. Com efeito, a duplicação em causa converte a disciplina numa verdadeira logística educativa, com as suas operações de base, que se exerce sobre o carácter, o intelecto e o corpo: prevenir, auxiliar, reprimir, castigar, corrigir, inculcar, habituar, favorecer, acompanhar, exprimem as modalidades dessa intervenção conformativa.

O plano delineado, sujeito aos valores da contenção, da frugalidade e da economia de meios, prevê uma participação concertada dos vários intervenientes, orientada para o comportamento da criança, mas também para o dos adultos que a rodeiam, aos quais é atribuída a responsabilidade de funcionarem como exemplos, para as companhias infantis, o ambiente, os instrumentos de aprendizagem, a estrutura curricular e, até, as brincadeiras. A polaridade dos dois principais objectivos, «impedir as causas de hábitos viciosos, permitindo a seus filhos uma liberdade racional» (*AEMN*, pp. 108-109), transforma o processo educativo num jogo subtil de forças, marcado pela gestão adequada de repreensões e incentivos, de motivação e neutralização, de esforço e divertimento. Indicia-se, deste modo, a necessidade de uma nova ciência do comportamento que não se reduza à fisiologia mecanista, tanto na sua versão cartesiana, quanto na empirista, como se depreende do que escreveu sobre a formação dos hábitos: «Dificultosa-

mente se pode explicar o modo com que na alma se produzem os hábitos; nem bastam os sulcos, que alguns consideram no cérebro, por onde corram os espíritos mais facilmente, como por caminho já trilhado, ou como um papel que facilmente se dobra por onde já foi dobrado.» (AEMN, p. 77.)

Ao preferir o modelo clínico ao mecanista, Pina e Proença abdica da confiança no determinismo, o que tem como implicação primeira a exigência de cuidar de todos os aspectos, mesmo daqueles que poderiam, à primeira vista, ser descuráveis: «As maiores revoluções tiveram não somente instrumentos, mas ocasiões ou motivos muito inferiores e vulgares e que parece não mereciam atenção alguma. Um par de figos, meia dúzia de peles, causaram a ruína da mais rica cidade de África, Cartágo; e do soberano mais guerreiro que teve a Europa no século décimo quinto, Carlos Duque de Borgonha.» (AEMN, p. 215.) Numa Natureza onde há lugar para o desejo, o irracional e a liberdade, o acaso é insustentável.

O que para muitos autores modernos poderia ficar em suspenso, a constituição de uma ética científica, torna-se, por conseguinte, numa expectativa legítima, cuja apologia merece ao nosso autor longo comentário, fortalecida pelo probabilismo: «se os homens tivessem aplicado à Moral as indagações que aplicaram à Física [...] cuidou que estaria hoje não só a Ética com

perfeitas demonstrações de moral certeza e evidência [...]; mas que também se teria inventado uma arte de prever com probabilidade os futuros contingentes, e que poderia a Álgebra ser a guia da prudência» (AEMN, pp. 212-213). Na ausência dessa ética racional, a pedagogia é arte e a política prudência, ou seja, ambas resultam da interacção entre a experiência da vida e o exercício da racionalidade, equilíbrio complexo que exige uma verdadeira engenharia didáctica.

A solução que Proença Homem aceita para superar essa momentânea lacuna poderá ser caracterizada com o termo *panoptismo doméstico*, aplicação à escala familiar do conceito avançado por Bentham. Com efeito, encontramos no texto de Pina e Proença, para além da urgência de pôr em prática uma «tecnologia» completa da representação, a concepção de uma «disciplina da docilidade/utilidade», toda orientada para o exterior, para o comportamento visível que culmina na ideia do olhar castigador: «um olhar desagradável, e com ênfase, fará maior efeito, e será mais útil, que uns açoites, ou outro castigo» (AEMN, p. 116). A este olhar dramático, ora inquisitivo, ora punitivo, ora encorajador, nada deverá escapar, dele dependendo a organização do agir. Refira-se que, não obstante as declarações de que se visa a formação do carácter, o desenvolvimento do espírito ou o bem da criança, é no plano da socialização que o processo educativo se efectua. Por en-

tre os ideais de liberdade e racionalidade, tece-se o acesso a um estatuto, o de paridade, o qual só a educação pode garantir. A este respeito, é esclarecedor o modo como o autor concebe a gradação para cada um dos três termos: se as crianças passam de menos liberdade e razão para mais liberdade e razão, «porque são racionais como nós e da mesma sorte desejam ser árbitros das suas acções» (*AEMN*, p. 103), só a verificação da total obediência e submissão dará lugar ao tratamento paritário. Aprovação, desprezo, louvor, vitupério, distinção, honra (*AEMN*, pp. 116-117), pontuam a formação da consciência da obrigação (*AEMN*, p. 229), pela qual, finalmente, aquele que fora coercivamente governado pela racionalidade alheia também racionalmente aceitaria a sujeição ao poder.

A construção pedagógica dessa consciência cobre, em geral, toda a existência da criança, desde a alimentação, o vestuário, o sono, o emprego do tempo, para se especializar na moldagem de cada faculdade moral ou intelectual: redução dos divertimentos do corpo «àqueles que deviam frequentar no Paraíso: conversação, passeio e agricultura» (*AEMN*, p. 325); repressão da linguagem do desejo como etapa decisiva do cumprimento da «lei geral de reprimir os desejos» (*AEMN*, p. 54), de acordo com o argumento de que «a liberdade de os declarar lhes acrescenta nova força» (*AEMN*, p. 50); limitação dos efeitos da imaginação desordena-

da que afecta o cérebro das crianças e interfere com o entendimento (*AEMN*, pp. 73-74); castigo da rebeldia da vontade, assente no «desejo desordenado de possuir» (*AEMN*, p. 61) e no amor próprio (*AEMN*, p. 100); censura de certos géneros literários, como o teatro, o romance (*AEMN*, pp. 196-198), ou os conteúdos poéticos considerados licenciosos (*AEMN*, pp. 294-295); controlo do discurso, por um lado, «procurando em tudo encaminhá-los ao verdadeiro método de inferir de uma verdade outra, de formar noções claras e distintas, e de lhe aplicar os termos próprios, sem equivocação alguma no discurso» (*AEMN*, p. 168), e por outro, substituindo a retórica barroca de «sofismas adornados com a elegante pompa de tropos e figuras» por uma eloquência neoclássica para a qual têm «maior força os argumentos sólidos e verdades demonstradas» (*AEMN*, p. 282).

Seguir os momentos desta taxiologia, na aparência ausente de novidade, mas, na realidade, precisamente pelo seu cunho metodológico, designando uma ordenação diversa do natural e do humano, doravante, processual e pragmática, equivale a traçar a sequência verbal mediante a qual Martinho Pina e Proença, do Outro, procura fazer o Mesmo, nas crianças, «estranheiros que novamente entraram em país desconhecido» (*AEMN*, p. 34), produzir a almejada aculturação. Todavia, o trânsito conceptual que tentamos apontar é cor-

relato da compreensão «animástica» da Natureza, que perfilhou, cuja principal consequência foi o enfraquecimento do alcance explicativo do mecanismo relativamente ao «enigma da vida e do espírito» (cf. *HPFP III*, pp. 159-162).

MÁQUINAS E VIVENTES

Escreveu Norberto Ferreira da Cunha que «o que fosse a natureza não parece ter sido problema para o qual Martinho de Mendonça tenha encontrado uma solução plenamente satisfatória; nem na ciência escolástica, nem na ciência moderna» (*EACPS*, p. 128). Para justificar essa insatisfação, o intérprete segue a pista da atitude céptica e probabilista herdada de Gassendi e Locke, chegando à conclusão de que Pina e Proença praticara, no âmbito do conhecimento científico, que não relativamente às verdades da Revelação, um «cepticismo radical que Locke estava longe de compartilhar» (*EACPS*, p. 150). Efectivamente, nos *Apontamentos*, encontramos uma posição extremada sobre o interesse do ensino da Física: «eu confesso que, exceptuando a parte histórica, não vejo na Física cousa que mereça o estudo de duas horas, nem livro cuja lição me atreva a aconselhar com preferência» (*AEMN*, p. 333). A afirmação é consentânea do seu interesse pela parte experimental do saber científico. Todavia, o que escreveu,

na sequência da anterior citação, torna patente que não será, apenas, pela via experimental que o problema terá solução satisfatória. Pelo contrário, «se entrarmos neste estudo sem prevenção de partido, quanto maior notícia tivermos da história da natureza, quanto maiores progressos fizermos com observações, e experiências, tanto maior embaraço acharemos para abraçar algum sistema, não bastando nenhum para tão complicadas variedades» (*AEMN*, pp. 333-334).

Se tivermos em consideração que, por um lado, toda a vida se interessou precisamente pelas questões da Física, sendo, como vimos, acreditado conhecedor de algumas experiências fundamentais nesse campo, bem como do funcionamento dos instrumentos que as possibilitaram, e que, por outro, o probabilismo não o afectava, antes preconizava o sossego do entendimento pela constatação desse limite, dele deduzindo uma das vias para o Divino, somos levados a caracterizar o seu radicalismo, não só como reiteração das teses de autores que apreciou, mas, também, como consequência do partido prévio que subjaza às preferências que, não obstante, acabou por declarar.

Desta feita, julgamos que, a par da concordância de certos sistemas com as verdades da fé, há um problema que, sendo nuclear para Pina e Proença, configura a sua abordagem da natureza e torna, de uma certa maneira, desusadas todas as propostas com as quais

lidou, salvo aquela que só conheceu na versão de Rodrigues de Abreu e que, no entanto, rapidamente encomiou: o problema da natureza vivente. Na *Carta-Prefácio* a questão é, claramente, enunciada: «Nenhum filósofo negará darem-se corpos viventes, cuja essência consista em se moverem *ab intrinseco* ou vitalmente, ainda que não faltará quem lhe pareça dificultoso perceber o como o corpo ou matéria por si faça esta operação [...]» (CP, pp. 254-255.) O neovitalismo expresso, que, não obstante as cambiantes específicas, partilhou com grandes autores setecentistas, situa, sem lugar para dúvidas, o nosso autor no ambiente iluminista, apontando para uma mutação epistémica que veio a fazer da Biologia, que não já da Física, o paradigma da nova taxionomia científica. O debate sobre as virtudes e as limitações do mecanismo para explicar o fenómeno da vida marcou todo o século XVIII, o que significa que, qualquer que fosse o alinhamento de cada interveniente, a dificuldade estava instalada, com tal pertinência, aliás, que continua a orientar as discussões coevas.

A este respeito, Pina e Proença está, indubitavelmente, situado num momento de transição. Os instrumentos de que dispôs não estavam adequados à novidade do problema que o preocupava: a linguagem de que faz uso tem, por vezes, um cunho escolástico que mascara a diferente atitude relativamente ao vitalismo aristotélico; as soluções que os vários sistemas com os

quais contactou lhe forneciam referiam-se a uma concepção do mundo que estava, precisamente, a mudar. Cremos ser esta a razão pela qual, partindo de uma mesma epistemologia probabilista e falibilista inspirada em Locke, revela um grau superior de cepticismo quanto às virtualidades explicativas dos vários sistemas. É que alterado o objecto epistémico, o paradigma mecanista surge, inevitavelmente desajustado. Assim, o que para Locke resultava de insuficiente desenvolvimento das potencialidades do mecanismo, aparecia ao nosso autor deficiência de fundo. Daí o seu constante tacteio, em busca de uma explicação admissível, de que nos dá conta na *Carta-Prefácio*.

A comprovar que esta foi a grande incógnita da equação, está a dureza com que, igualmente, criticou as principais aproximações espiritualistas: «o princípio Hilárquico de More, a Natureza Plástica de Cudworth, as Monades speculares de Leibniz, não são outra cousa mais que uma engenhosa lição e subtil novela para entreter e inútil para conhecer a verdade» (*AEMN*, pp. 335-336). Nesta obra, parece alinhar, com Locke, pela teoria de Boyle: «A Física corpuscular [...] é sem dúvida a que nos dá mais clara noção das operações sensíveis.» (*AEMN*, p. 333.) Na *Carta-Prefácio*, escrita em 1732, mas publicada no mesmo ano dos *Apontamentos*, na qual se declara rendido às virtudes teórico-práticas da concepção animástica de Stahl, mostra ter Cudworth em

maior estima referindo-se à sua doutrina como «doutíssimo sistema intelectual» (CP, p. 253). Note-se, de passagem, que «doutíssimo» corresponde, cremos, a «erudito» e não a «verdadeiro», o que o contexto, também, confirmará, e que, a ser correcto, resolveria a aparente incoerência. Mais do que uma questão de coerência, lemos, neste jogo de proximidade e afastamento, o efeito, insuficientemente consciencializado, de uma descentração do que é valorizado na Natureza, não já a máquina, mas o vivente.

Como se empenhou em demonstrar, Pina e Proença considera que o corpo vivente tem uma natureza específica, que é a própria vida, sendo, por conseguinte, impossível «fazer viventes as máquinas» (CP, p. 255). O primeiro absurdo que releva diz respeito à existência: «se o corpo ou matéria pudesse produzir em si o movimento que não tinha, poderia também criar a própria existência» (CP, p. 255), o que equivaleria ao «maior dos erros físicos, metafísicos ou morais, pois contraria a primeira verdade, que é a necessária existência do primeiro motor» (CP, p. 257).

Em segundo lugar, não entende a vida como mais uma propriedade accidental do corpo, mas confere-lhe estatuto de essência, o que inviabiliza a hipótese dela consistir no simples movimento. Como explica, «este movimento mecânico vital do corpo devia resultar-lhe ou da sua subtileza ou da sua organização ou do seu

movimento ou de alguma outra propriedade. Porém, de nada disto lhe pode resultar a vida. Logo, nasce esta e o movimento dos corpos, de outra substância não corpórea e mais perfeita que os anima e vivifica» (CP, p. 255). Na sequência da exposição, pormenorizou esta crítica, argumentando que a vida não poderá consistir, nem na presença de espíritos vitais, nem na repartição atômica da matéria, nem na organização, nem no funcionamento, nem no movimento, concluindo não se tratar de um atributo *per se* do corpo (CP, pp. 255-256).

A terceira dificuldade que encontrou no mecanismo respeita à diferença ontológica entre a causalidade primeira e segunda, e à conseqüente possibilidade de uma ordem na Natureza que seja também da Natureza: «não se podem livrar de uma grande censura os mecanistas, pois para todas as acções e movimento, não só dos viventes mas de todos os corpos, recorrem única e imediatamente ao autor e motor da Natureza: daqui se seguiria que tudo quanto no mundo sucedesse seria um contínuo e repetido milagre e nada se produziria ou moveria por princípio interno [...]» (CP, p. 258.) Por isso, como indica, acabou por abandonar o ocasionalismo malebranchista, que em momento inicial do seu percurso abraçara (CP, pp. 250-251).

O último erro que apontou à explicação mecanista foi o de esta ter de aceitar a existência do vazio, para dar conta das deslocações dos corpos. Nos *Apontamen-*

tos, refere-se-lhe por duas vezes. Primeiro, no âmbito da sua concepção da linguagem, após defender a necessidade de se aprender a «distinguir as noções relativas das absolutas» (*AEMN*, p. 243), acusa os mecanistas de assentarem o respectivo entendimento do espaço e do vazio na confusão entre estes dois sentidos: «Que embaraços e absurdos não acharão os gassendistas fazendo eterno e infinito o espaço; e os cartesianos supondo indefinido o Universo, por não advertirem que o termo espaço é meramente relativo» (*AEMN*, pp. 243-244). Insistirá na crítica, a propósito da inconsistência dos sistemas físicos: «O de Descartes tem o absurdo da indefinida extensão do Universo [...]. O de Gassendo padece a imperceptível, ou quimérica, noção do espaço vácuo, ou um nada existente e extenso.» (*AEMN*, pp. 334-335.)

Se nos limitarmos ao campo da Física, a negação da existência do vácuo aparecerá surpreendente. Certamente que Pina e Proença tivera notícia das experiências que Torricelli iniciou em 1644, pouco depois comprovadas por Pascal e, definitivamente, confirmadas pela máquina pneumática de Robert Boyle (1660). Se é verdade que a querela à volta do vazio se arrastou indefinidamente, não é nesse arrastamento que julgamos justificar-se a posição do autor, mas no tipo de implicações que a alimentavam. Ora, essa longevidade deveu-se ao facto de que o que estava em causa era ultra-

passar o âmbito estrito da física, remetendo para as questões metafísicas da estrutura da matéria, da continuidade ou descontinuidade da Natureza, da hierarquia dos entes naturais e do grau de intervenção divina necessário para garantir a eficiência das causas segundas. As várias passagens que citámos tornam patente que Martinho Proença entendeu o problema na sua feição metafísica. A sua concepção de natureza é, predominantemente, ôntica, pelo que não pode admitir nem a eternidade, nem a extensão ilimitada, nem a descontinuidade de uma Natureza que, para além do mais, é criação de Deus. Para além disso, por ter anteposto as realidades espirituais às materiais, esteve, sobretudo, preocupado com os viventes, não podendo, em consequência, aceitar a redução mecanicista dos entes, mesmo corpóreos, a funções geométricas ou variáveis matemáticas. Esta orientação explica, igualmente, o apressado descarte do sistema de Newton, ao qual reprova, para além da aceitação do vácuo, a imperfeição da indução que estaria na origem da tese da «atração dos corpos que é como as qualidades ocultas» (*AEMN*, p. 335).

Perante as muitas dificuldades que encontrou nas explicações de tipo mecanista, e de acordo com as «prevenções de partido» que tomou, julgou que o funcionamento da Natureza «acomoda-se mais a admitir um princípio activo plástico ou formativo que fabrica primeiro a casa que há-de habitar, mover e animar»

(CP, p. 258). A sua interpretação, na esteira de Stahl, introduz uma noção unitária do corpo, como se pode deduzir da metáfora da casa, ao mesmo tempo que estabelece a corporeidade como consequência/produto da espiritualidade. Se, num certo sentido, por lhe recusar o carácter de substância autónoma, parece que inferioriza o corpo, na verdade, valoriza-o, «ressacralizando-o». Morada do espírito, o corpo vivente não é mecanismo, mas organismo. Daí que a autoridade relativamente ao que concerne o corpo passe do filósofo natural para a figura do médico: «Por meio deste princípio activo ou substância imaterial se explicam com evidência as operações que os médicos atribuem à Natureza (termo de que todos usam, mas de que só os animísticos nos dão ideia e noção menos confusa) e operações tão admiráveis que se percebe mal como resultam só do mecanismo e leis do movimento.» (CP, p. 258.) Abre-se, deste modo, o espaço para uma pedagogia do corpo, na continuidade de uma pedagogia do espírito, que conjuga cuidado e pudor, em virtude de suposição de um factor de mistério que nunca será desvelado.

Importa não cair na tentação de compreender este neovitalismo como um regresso, algo anacrónico, à concepção aristotélica, leitura que o autor parece sancionar quando, com intuito conciliador, declara ser «o sistema animístico [...] tão conforme às ideias que os filósofos escolásticos com o mesmo vulgo têm for-

mado da vida e movimento vital dos corpos viventes» (CP, p. 259). A retórica pacificadora ratifica a partilhada crítica ao mecanicismo, mas não escamoteia a recusa explícita, por parte de Pina e Proença, do recurso ao entendimento da relação alma-corpo em termos de matéria e forma. Na verdade, quaisquer que sejam as semelhanças que se possam encontrar, como, por exemplo, a eventual noção de um princípio anímico vegetativo, sensitivo e intelectual, o que difere é, quanto a nós, mais representativo: por entre as flutuações que marcaram o percurso de Martinho Homem, perpassa uma incipiente apreciação evolucionista da Natureza, oposta paradigmaticamente à predominante no aristotelismo, centrada na produção, mais do que no produto, na abertura, mais do que no completamento, na perfectibilidade, mais do que na enteléquia. Em conformidade, julgamos que, neste particular, o pensamento de Pina e Proença poderá ser melhor esclarecido pelos posteriores desenvolvimentos que nele, hermeneuticamente, se antecipam, do que pela lógica das fontes.

Para melhor percebermos esta diferença, atentemos no que escreveu sobre a causalidade natural: «A lentição ou vagar operoso com que ordinariamente se produzem as coisas naturais, parece persuadir não saem, a nosso modo de explicar, das mãos do Criador Onnipotente, mas que este usa de instrumentos activos limitados e imperfeitos, que necessitam não somente de

várias preparações prévias ou disposições, mas também de muita dilação e tempo para acabarem as suas obras.» (CP, p. 259.) A passagem aponta, imediatamente, para uma leitura moral, que ponha em evidência a diferença ontológica entre criação e produção, distinguindo a perfeição do agir divino da imperfeição dos agentes naturais. Não obstante, a intercalação, que designa a autoria da explicação, mostra-nos que o exposto corresponde à elucidação efectiva do modo como funciona a Natureza. Ora, neste esclarecimento destacam-se dois aspectos: o carácter produtivo, que não meramente motor ou ordenador, da causalidade segunda; a introdução do factor tempo, que influi duas vezes, na selecção pragmática das causas mais eficazes e na maneira como estas levam a cabo as respectivas tarefas produtivas.

Este tempo não resulta, apenas, de «haver cousas sucessivas» (AEMN, p. 244), como o definira em resposta a cartesianos e gassendistas, para negar a hipótese de um tempo anterior ao mundo, não corresponde a uma função de mera ordenação, mas é o *modus operandi* da Natureza, o ritmo do seu labor, vagaroso e alongado, à medida da sua plasticidade. A Natureza forma os entes naturais, tal como o pedagogo forma a criança, isto é, progressiva e cuidadosamente, para não estragar o trabalho já efectuado, removendo os obstáculos que se lhe apresentam, e evitando os desperdícios ne-

cessários. Doravante, determinada pelos valores do trabalho, do esforço, da utilidade e da eficácia, a Natureza caracteriza-se pela actividade, de tal modo que o correspondente princípio explicativo é o de uma causalidade agente, entendida por analogia com o agir humano, como este, imperfeita e falível. O modo como justifica a existência de monstros e de formas abortivas assenta nesta descrição: «a causa imediata destes corpos e sua formação não é o Supremo Árbitro de todas as contingências que antevê todos os sucessos, mas sim uma causa segunda activa mais imperfeita, que não pode vencer as dificuldades que encontra, nem sabe prever o que está para vir» (CP, p. 259).

Em consequência, o problema da causalidade desloca-se da origem para o processo, do impulso para a configuração plástica, do sistema para a dinâmica. O termo que, analogicamente, melhor dá conta deste agir está no centro do projecto educativo de Pina e Proença. Referimo-nos ao conceito de hábito, o qual, fazendo parte do léxico educacional desde Platão, adquire, aqui, a matiz da dilatação temporal. A inculcabilidade do hábito obedece à mesma lentidão com a qual a Natureza configura os entes, pelo que o verbo acostumar é usado com pertinência, mas a inversa também é aceitável, a saber, que o funcionamento das causas segundas é decalcado da formação dos hábitos.

A Natureza surge, por conseguinte, caracterizada antropologicamente, uma vez que exhibe, no plano da acção, os mesmos atributos gerais que definem o novo modelo de racionalidade: autonomia, historicidade, progresso, funcionalidade. Todavia, porque ainda dominado pelo conflito entre teoria e prática, convicto de que o primeiro termo deve merecer preferência, Pina e Proença não retira todas as consequências da sua concepção epistemológica, a qual, a todo o momento, indica o oposto. É, por isso, difícil encontrar o modelo prático que corresponda à sua visão da Natureza, o qual terá, inevitavelmente, de se ligar à orientação teórica predominante. Todos os elementos que reunimos permitem-nos alvitrar tratar-se da prática laboratorial, adequada à sua valorização do método experimental, reflectindo, igualmente, a causalidade laboriosa da Natureza e, sobretudo, oferecendo fácil aproximação metafórica entre a preparação do soluto ou da amostra e a preparação das causas pelo Criador. A grande tarefa do estudioso consiste no acompanhamento deste complexo processo de experimentação, seja nesse grande laboratório que é a Natureza, seja naquele mais pequeno, mas, por isso mesmo, mais perceptível, oferecido pela natureza humana. Impõe-se, assim, uma correlação entre o processo operativo da Natureza em geral e a tarefa pedagógica: neste sentido, a educação estabelece-se como procedimento laboratorial e o seu objecto de estudo, por excelência, é a criança.

A CRIANÇA

Ao longo do século XVIII vai ganhando estatuto augusto uma nova categoria, que Rousseau, com o seu *Emílio*, definitivamente, instituiu: a criança. A origem deste acontecimento remonta ao século XVII, se bem que a respectiva teorização se tenha dado, sobretudo, no período setecentista. A ideia poderá parecer especiosa, uma vez que sempre houve crianças e sempre delas se falou. No entanto, o que está em causa é a noção de uma natureza infantil, a cuja existência correspondam atributos próprios, que não resultam de um mero efeito de reflexo do mundo dos adultos, por meio da aplicação do esquema aristotélico do acto e da potência. Desta feita, podemos afirmar que, se sempre houve crianças, só em tempos recentes surgiu a criança. As consequências desta alteração foram imensas, de tal modo que será legítimo falar da «criança-rei» como ícone da factura de um novo universo cultural, aquele no qual, ainda hoje, vivemos.

Os *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* consagram esta nova figura, que o autor reteve dos principais pensadores que o influenciaram, nomeadamente de John Locke. Sem prejuízo dessa influência, é de assinalar não só o facto de Pina e Proença ter compreendido, claramente, a mudança, como, acima de tudo, ter-lhe conferido uma densidade existencial, fruto da dedicação paterna, que não é, decerto, alheia ao sucesso

da recepção que a obra alcançou. A comprovar que, para si, a criança forma o centro da educação, defendeu a tese revolucionária de que seria «mais conveniente que o Mestre se fizesse criança, para que brincando com os discípulos no meio da lição ter ocasião de a repetir logo com maior gosto de quem a aprende» (*AEMN*, p. 153). Esta subversão da lógica tradicional, que esperava da criança que esta se pusesse no lugar do adulto, só foi possível pelo reconhecimento de uma natureza infantil (cf., p. ex., *AEMN*, p. 47, onde o autor usa a expressão «o natural das crianças»), que importava conhecer e explorar, mesmo que, para isso, fosse necessário, como se depreende do conselho, revisitá-la.

«Sendo muito contra as luzes da razão que a diferença casual das fortunas faça totalmente esquecer da semelhança da natureza» (*AEMN*, p. 89), há que procurar essa identidade na própria infância. Esta recondução a um estado originário corresponde ao novo entendimento do esquema causal, que apontámos na análise anterior, aqui aplicado à natureza humana. Na descoberta do devir natural, identifica-se, também, o progresso da racionalidade. Ao invés do determinismo mecânico, assente numa lógica da simultaneidade, a ideia de sucessão supõe a de um duplo sentido, correspondente a dois significados do termo libertação: abertura ao Incondicionado, liberdade concomitante do exercício da racionalidade. É este segundo aspecto, porquanto o primeiro está

dado na Revelação, que o estudo da criança põe à mostra: «os meninos têm quase todas as inclinações dos homens, e entre elas a liberdade» (*AEMN*, p. 151).

Se bem que a criança seja o cerne da sua inquirição, Pina e Proença não estabelece uma relação idílica entre a natureza infantil e a bondade natural. Como se tornou comum entre a nobreza europeia, permeável às ideias iluministas, o «bom selvagem» é o rústico (cf. *AEMN*, p. 4). No entanto, a natureza infantil exhibe esse jogo entre forças contrárias que resulta da efetuação da liberdade, mais mascarada pela educação e pelo polimento do trato mundano, no adulto. Ora, a observação desta relativa indeterminação natural faz-se acompanhar da constatação de uma maior plasticidade na infância, «uma idade a mais sensível, e fácil, em receber e conservar as primeiras impressões» (*AEMN*, p. 251). Em consequência, tudo depende do Tempo e não do Espaço: a análise da natureza infantil confirma a mudança de paradigma, de que os *Apontamentos* nos dão testemunho rudimentar.

A caracterização da criança apresentada por Martinho Proença dá conta desta complexidade conflituosa, ressaltando um nível de singularidade e de liberdade que impede o fechamento sistemático e obriga ao tratamento casuístico, porquanto «não há, nem pode haver, regra geral, que compreenda todos os casos» (*AEMN*, p. 46). Em conformidade, defende que «ninguém deve esperar

de um menino a sisudez, aplicação, e discurso de um homem: o verdadeiro carácter próprio da infância consiste na inquietação, na inadvertência e na imperfeição do discurso» (*AEMN*, p. 166). Desta feita, na natureza infantil encontram-se faculdades que favorecem a racionalidade e outras que funcionam como obstáculos, cabendo à educação o difícil papel de mediador desse conflito. Do eixo positivo fazem parte a curiosidade natural e o génio imitador, instrumentos por excelência da relação de ensino-aprendizagem (*AEMN*, p. 37), a facilidade com a qual recebem as impressões do exterior (*AEMN*, p. 116), a capacidade para distinguir razão e paixão, como se pode verificar pela docilidade com que recebem um castigo que lhes seja imposto objectivamente (*AEMN*, p. 158), a ignorância do mal (*AEMN*, p. 85); contrapõe-se-lhes a tirania infantil, manifestada logo no choro, a rebeldia da vontade (*AEMN*, p. 42), a soberba (*AEMN*, p. 46), que percorre a gama do desejo de posse à vontade de poder (*AEMN*, p. 88), o instinto de conservação (*AEMN*, p. 67), a falta de uma consciência interna do dever (*AEMN*, pp. 112-113).

O que daqui resulta não é qualquer maniqueísmo, mas uma confiança nas potencialidades da educação esclarecida, «porque se estudarmos atentamente as paixões naturais, acharemos que todas podem servir para alguma virtude» (*AEMN*, p. 208). Por conseguinte, o projecto pedagógico de Martinho Homem orientou-se

pelo que considerou constituir a natureza da criança, as suas necessidades orgânicas, os seus traços psicológicos dominantes, o que, hoje, chamaríamos, o estágio cognitivo, afectivo e moral, no qual se enquadra, produzindo, desse modo, um esboço de uma taxionomia educacional. A análise desse bosquejo, eventualmente, poderá trazer surpresas pelo que antecipa relativamente à noção freudiana de trauma infantil (*AEMN*, pp. 46, 67 e 69-70) ou à psicologia do desenvolvimento de Piaget, em especial, no que concerne ao estágio das operações concretas ou à relação entre a memória do corpo e a aquisição das noções abstractas de espaço e tempo (*AEMN*, pp. 298 e segs.).

Com propriedade, referimos o alinhavo de uma taxionomia educacional, porquanto o autor cruza uma caracterização horizontal da infância com a definição de etapas de desenvolvimento, relativamente às quais a educação se deve, igualmente, adaptar. A divisão do ensino em níveis (elementar, secundário e superior) estriba-se em cortes etários, por vezes com idades claramente indicadas. A título de exemplo, atente-se no modo como valorizou a aprendizagem espontânea no estágio inicial, correspondente aos três primeiros anos: «não sei se diga que nos três primeiros anos aprendemos sem Mestre, nem lição, mais cousas, e mais dificultosas, que em outro igual espaço de vida» (*AEMN*, p. 25). Também a formação moral é lida de acordo com esta grelha tempo-

ral: «Nos primeiros anos apenas um menino pode cometer os crimes de mentir ou de ofender os camaradas; porque o tomar mais liberdade nos seus desenfadados, o ter menos aplicação ao estudo, e outras causas porque ordinariamente os castigam, não necessitam mais do que suaves advertências.» (*AEMN*, pp. 164-165.)

Esta estruturação vertical condiciona aspectos tão concretos como a constituição da biblioteca dos meninos, que vai sendo reforçada ao longo das idades, e que segue a sequência progressiva do concreto para o abstracto, do sensível para o racional: «A Livraria para os meninos e principiantes deve consistir mais em imagens sensíveis e agradáveis à vista que em livros próprios para o estudo [...] Para o tempo em diante se deve ajuntar uma boa colecção dos Autores antigos [...]» (*AEMN*, pp. 202-204.) Encontramo-la, igualmente, na base da construção do plano de estudos e no travejamento da metodologia a seguir em cada etapa e em cada disciplina. Centrando-nos, uma vez mais, na primeira infância, as funções principais do ensino devem consistir, segundo Pina e Proença, em evitar a formação de hábitos perversos, ajudar as primeiras luzes da razão, aclarar as ideias confusas e incompletas (cf. *AEMN*, p. 31). De igual modo, a relação pedagógica vai sendo construída de acordo com esta lógica gradativa, de uma menor confiança para um tratamento paritário. Nada escapa a esta dinâmica, nem mesmo o ensino da religião: «Na mais tenra idade, e antes que saibam fa-

lar, se deve participar às crianças uma noção clara e simples de Deus Nosso Senhor como de um Senhor Soberano.» (AEMN, p. 98.)

Essa vontade de aproximar a ordem natural e a intervenção pedagógica é traduzida pela metafórica agrícola, que complementa aquela decorrente da medicina: educar é cultivar a natureza, retirar as ervas daninhas, prevenir a recidiva dos abrolhos... (cf. AEMN, pp. 171-172). Ainda que faça uso de uma das valências semânticas do discurso educacional mais comuns, a escolha não é anódina, uma vez que assenta na polaridade conservação/transformação, transpondo para o domínio pedagógico a tensão constitutiva da atitude intelectual do nosso autor.

Na sua busca de uma autenticidade no modo de ser e de agir, fascinado pela vida na pluralidade das suas manifestações, reverente perante a bondade divina, Martinho Proença idealizou um processo educativo que conciliasse o estado de inocência e a urbanidade, mediante uma engenharia complexa do tempo, ora retardando a entrada na idade adulta, ora acelerando o ritmo das aprendizagens, ora ancorando a formação nos valores tradicionais, ora impulsionando algumas propostas inovadoras que colheu nas muitas leituras que fez. Na engrenagem de uma minúcia pragmática e de um horizonte a roçar a utopia, por via do cuidado posto na criança, jogar-se-á, provavelmente, o renovado interesse com o qual cada geração relê os *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre*.

BIBLIOGRAFIA

- HOMEM, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, *Discurso Philologico Critico sobre el Corolario del Discurso XV del Theatro Crítico Universal que saca a luz Ernesto Frayer*, Madrid, 1727.
- , *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*, Lisboa Occidental, na Officina de Joseph António da Silva Impresor da Academia Real, 1734.
- , Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem ao Dr. José Rodrigues de Abreu, in José Rodrigues de Abreu, *Historiologia Médica*, vol. 1, Lisboa, 1734.



- ANDRADE, António Alberto Banha de, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1982.
- CALAFATE, Pedro, «Pina e Proença», *Enciclopédia Logos*, vol. 4, Lisboa, Verbo, 1992.
- (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português, III — As Luzes*, Lisboa, Caminho, 2001.
- CARVALHO, Joaquim de, *Obra Completa*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- CARVALHO, Rómulo de, *A Física Experimental em Portugal no Séc. XVIII*, Lisboa, ICLP, 1982.
- CUNHA, Norberto Ferreira da, *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, INCM, 2001.

- FERNANDES, Rogério, *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, Lisboa, ICLP, 1992.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Martinho de Mendonça e a sua Obra Pedagógica, com a edição crítica dos «Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre»*, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1964.
- JÚNIOR, António Salgado (ed.), *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. iv, Lisboa, Sá da Costa, 1952.
- MACHADO, Fernando Augusto, *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa: Ribeiro Sanches*, Lisboa, Campo das Letras, 2001.

ÍNDICE

Introdução	3
O HOMEM E A OBRA	5
ALGUMAS IDEIAS DE ESTEIO	48
Bibliografia	93

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de oitocentos exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Outubro de dois mil e dois.

ED. 1006633

ISBN 972-27-1177-6

DEP. LEGAL N.º 186 684/02

ISBN 972-27-1177-6



9 789722 711777